

**Banco Santander (Brasil) S.A.**

**Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial  
Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**

**31 de dezembro de 2021**

Simplex | Pessoal | Justo



<b>Relatório dos Auditores Independentes.....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial</b>	
Balanço Patrimonial Consolidado.....	6
Demonstração Consolidada do Resultado.....	8
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente.....	9
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa.....	12
<b>Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras</b>	
1. Contexto Operacional .....	14
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras .....	14
3. Principais Políticas Contábeis.....	15
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	24
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez .....	24
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos .....	25
7. Relações Interfinanceiras .....	33
8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas .....	33
9. Carteira de Câmbio .....	36
10. Outros Ativos Financeiros.....	36
11. Ativos e Passivos Fiscais .....	36
12. Outros Ativos .....	36
13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior.....	40
14. Participações em Controladas e Coligadas .....	41
15. Imobilizado de Uso.....	43
16. Intangível .....	43
17. Captações .....	43
18. Outros Passivos Financeiros .....	45
19. Outras Passivos .....	46
20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	46
21. Patrimônio Líquido .....	48
22. Partes Relacionadas.....	53
23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias .....	58
24. Despesas de Pessoal.....	58
25. Outras Despesas Administrativas .....	58
26. Outras Receitas Operacionais .....	58
27. Outras Despesas Operacionais.....	59
28. Resultado Não Operacional.....	59
29. Plano de Benefícios a Funcionários .....	59
30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade .....	65
31. Reestruturações Societárias.....	69
32. Outras Informações.....	69
33. Eventos Subsequentes .....	72
Composição dos Órgãos da Administração.....	73



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial***

Aos Administradores  
Banco Santander (Brasil) S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco" ou "Prudencial"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na Nota 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do conglomerado prudencial do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial**

---

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Banco Santander (Brasil) S.A.

## **Outros assuntos**

---

### **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

O Banco elaborou demonstrações financeiras individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações, datado de 2 de fevereiro de 2022.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial**

---

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, descritos na Nota 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Banco Santander (Brasil) S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança, a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2022



PricewaterhouseCoopers  
Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5



Caio Fernandes Arantes  
Contador CRC 1SP222767/O-3

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Balanco Patrimonial Consolidado do Conglomerado Prudencial**

	Notas Explicativas	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>		<b>531.298.728</b>	<b>597.768.222</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>16.709.956</b>	<b>19.582.458</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>445.410.275</b>	<b>516.536.583</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	31.388.970	68.116.477
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	88.104.004	103.485.662
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	7.279.673	18.446.061
Operações de Crédito	8.a	141.069.356	141.257.336
Outros Ativos Financeiros	10.a	177.568.272	185.231.047
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>1.117.370</b>	<b>2.468.809</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.e</b>	<b>(7.704.857)</b>	<b>(8.916.083)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>12</b>	<b>75.765.984</b>	<b>68.096.455</b>
<b>Ativo não Circulante</b>		<b>456.558.004</b>	<b>399.157.931</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b>		<b>395.638.939</b>	<b>337.138.982</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.240.348	1.581.776
Títulos e Valores Mobiliários	6.a	131.971.163	122.675.949
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	13.810.051	14.394.066
Operações de Crédito	8.a	239.240.166	196.839.325
Outros Ativos Financeiros	10.a	8.377.211	1.647.866
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>1.578.582</b>	<b>2.396</b>
<b>Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito</b>	<b>8.e</b>	<b>(19.424.292)</b>	<b>(16.501.939)</b>
<b>Outros Ativos</b>	<b>12</b>	<b>19.891.496</b>	<b>19.264.640</b>
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>	<b>11.a</b>	<b>37.973.424</b>	<b>39.657.916</b>
<b>Investimentos</b>		<b>7.386.889</b>	<b>5.859.900</b>
Em Coligadas e Controladas	14.b	7.365.718	5.838.952
Outros Investimentos		21.171	20.948
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>15</b>	<b>6.709.316</b>	<b>6.732.818</b>
Imobilizado de Uso		2.472.518	2.457.763
Outras imobilizações de Uso		15.088.427	14.102.846
Depreciações Acumuladas		(10.851.629)	(9.827.791)
<b>Intangível</b>	<b>16</b>	<b>6.803.650</b>	<b>7.003.218</b>
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		29.277.632	29.745.900
Outros Ativos Intangíveis		12.379.838	10.739.955
Amortizações Acumuladas		(34.853.820)	(33.482.637)
<b>Total do Ativo</b>		<b>987.856.732</b>	<b>996.926.153</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Balanco Patrimonial Consolidado do Conglomerado Prudencial**

	<b>Notas Explicativas</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>599.480.997</b>	<b>653.371.563</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>557.393.946</b>	<b>602.960.473</b>
Depósitos	17.a	297.478.458	290.401.274
Captações no Mercado Aberto	17.a	80.373.132	114.354.674
Obrigações por Empréstimos	17.a	76.059.850	53.790.402
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.a	4.387.014	4.920.596
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.a	27.581.480	30.549.002
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	6.956.577	18.372.819
Outros Passivos Financeiros	18.a	64.557.435	90.571.706
<b>Outros Passivos</b>	<b>19</b>	<b>40.048.221</b>	<b>48.635.151</b>
<b>Passivos Fiscais Correntes</b>	<b>11.b</b>	<b>2.038.830</b>	<b>1.775.939</b>
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>304.315.639</b>	<b>262.272.120</b>
<b>Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros</b>		<b>244.049.057</b>	<b>221.357.356</b>
Depósitos	17.a	105.332.878	99.310.763
Captações no Mercado Aberto	17.a	15.715.553	40.783.009
Obrigações por Empréstimos	17.a	3.707.117	1.221.159
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	17.a	7.466.070	7.827.793
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	17.a	67.799.380	40.078.765
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	17.690.654	17.896.646
Outros Passivos Financeiros	18.a	26.337.405	14.239.221
<b>Outros Passivos</b>	<b>19</b>	<b>57.763.890</b>	<b>36.090.058</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>	<b>11.b</b>	<b>2.502.692</b>	<b>4.824.706</b>
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>		<b>405.249</b>	<b>351.914</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>21</b>	<b>82.407.709</b>	<b>79.782.454</b>
Capital Social		57.491.099	57.840.313
Reservas de Capital		799.135	298.313
Reservas de Lucros		28.223.752	22.484.834
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(3.393.238)	(49.648)
(-) Ações em Tesouraria		(713.039)	(791.358)
<b>Participação dos Acionistas Minoritários</b>	<b>21.e</b>	<b>1.247.138</b>	<b>1.148.102</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>83.654.847</b>	<b>80.930.556</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>987.856.732</b>	<b>996.926.153</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstração Consolidada do Resultado do Conglomerado Prudencial**

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>68.908.204</b>	<b>98.742.398</b>	<b>108.417.424</b>
Operações de Crédito		35.753.254	61.170.326	57.764.792
Operações de Arrendamento Mercantil		138.657	256.193	287.529
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	<b>6.a</b>	23.688.436	25.046.562	53.663.306
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		5.200.802	8.411.759	747.476
Resultado de Operações com Câmbio		2.397.324	1.432.696	(5.605.733)
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.729.703	2.424.826	1.559.922
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		28	36	132
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(50.935.401)</b>	<b>(59.767.979)</b>	<b>(87.601.937)</b>
Operações de Captação no Mercado	<b>17.b</b>	(29.476.982)	(34.494.549)	(45.733.480)
Operações de Empréstimos e Repasses		(12.687.334)	(9.541.597)	(24.542.771)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(479.667)	(375.913)	(851.467)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	<b>8.e</b>	(8.291.418)	(15.355.920)	(16.474.219)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>17.972.803</b>	<b>38.974.419</b>	<b>20.815.487</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(8.337.356)</b>	<b>(15.673.186)</b>	<b>(12.768.210)</b>
Receitas de Prestação de Serviços	<b>23</b>	6.967.182	13.551.305	12.692.516
Rendas de Tarifas Bancárias	<b>23</b>	2.665.784	5.356.693	5.279.214
Despesas de Pessoal	<b>24</b>	(3.461.649)	(6.733.689)	(6.872.236)
Outras Despesas Administrativas	<b>25</b>	(7.693.810)	(15.326.375)	(13.373.241)
Despesas Tributárias	<b>11.d</b>	(1.955.681)	(4.272.831)	(3.707.777)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	<b>14.b</b>	903.781	1.671.990	1.128.778
Outras Receitas Operacionais	<b>26</b>	1.244.492	3.073.812	4.748.407
Outras Despesas Operacionais	<b>27</b>	(7.007.455)	(12.994.091)	(12.663.870)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>9.635.447</b>	<b>23.301.233</b>	<b>8.047.277</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>28</b>	<b>(3.065)</b>	<b>21.582</b>	<b>239.291</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>		<b>9.632.382</b>	<b>23.322.815</b>	<b>8.286.568</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>11.c</b>	<b>(300.549)</b>	<b>(5.868.664)</b>	<b>7.183.345</b>
Provisão para Imposto de Renda		1.055.548	(2.184.264)	(1.070.585)
Provisão para Contribuição Social		778.565	(1.756.581)	(690.709)
Ativo Fiscal Diferido		(2.134.662)	(1.927.819)	8.944.639
<b>Participações no Lucro</b>		<b>(1.059.472)</b>	<b>(1.959.846)</b>	<b>(1.772.048)</b>
Participações dos Acionistas Minoritários	<b>21.e</b>	(51.195)	(119.527)	(133.979)
<b>Lucro Líquido</b>		<b>8.221.166</b>	<b>15.374.778</b>	<b>13.563.886</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente do Conglomerado Prudencial**

	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>8.221.166</b>	<b>15.374.778</b>	<b>13.563.886</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:</b>	<b>(1.998.800)</b>	<b>(3.597.733)</b>	<b>(895.442)</b>
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(1.563.092)	(3.357.318)	(775.315)
Próprios	(2.787.605)	(5.438.851)	(1.703.396)
Imposto de Renda	1.224.513	2.081.533	928.081
Hedge de Fluxo de Caixa	(435.709)	(240.414)	<b>(120.127)</b>
Próprios	(894.017)	(1.013.472)	(57.271)
Imposto de Renda	458.308	773.058	(62.856)
<b>Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:</b>	<b>129.569</b>	<b>254.144</b>	<b>572.197</b>
Plano de Benefícios	129.569	254.144	<b>572.197</b>
Próprios	311.467	(6.535.711)	1.130.497
Imposto de Renda	(181.898)	6.789.855	(558.300)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>6.351.935</b>	<b>12.031.189</b>	<b>13.240.641</b>
Atribuível à controladora	6.319.277	11.930.199	13.106.662
Atribuível às participações minoritárias	32.658	100.990	133.979
<b>Total</b>	<b>6.351.935</b>	<b>12.031.189</b>	<b>13.240.641</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstração Consolidada da Mutação do Patrimônio Líquido do Conglomerado Prudencial**

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avalia�o Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) A�oes em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participa�o dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido	
				Reserva Legal	Reserva para Equaliza�o de Dividendos	Coligadas e Próprios Controladas	Outros Ajustes de Avalia�o Patrimonial						
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>57.945.578</b>	<b>194.115</b>	<b>3.853.384</b>	<b>9.028.706</b>	<b>3.932.434</b>	<b>91.381</b>	<b>(3.750.217)</b>	<b>-</b>	<b>(681.134)</b>	<b>70.614.248</b>	<b>1.688.116</b>	<b>72.302.364</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	572.197	-	-	572.197	-	572.197
A�oes em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	(110.224)	(110.224)	-	-	(110.224)
Resultado de A�oes em Tesouraria	21.d	-	(15.069)	-	-	-	-	-	-	(15.069)	-	-	(15.069)
Reservas para Pagamento Baseado em A�oes		-	119.267	-	-	-	-	-	-	-	119.267	-	119.267
Ajustes de Avalia�o Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(928.249)	32.806	-	-	-	(895.443)	-	(895.443)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	13.563.886	-	-	13.563.886	-	13.563.886
Destina�es:													
Reserva Legal	21.c	-	-	678.194	-	-	-	(678.194)	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(3.349.000)	-	(3.349.000)	-	-	(3.349.000)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	(512.087)	-	(512.087)	-	-	(512.087)
Reserva para Equaliza�o de Dividendos	21.c	-	-	-	9.677.103	-	-	(9.677.103)	-	-	-	-	-
Lucro não Realizado		-	-	-	(652.498)	-	-	652.498	-	-	-	-	-
Resultado de Participa�es dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(134.436)	(134.436)	(134.436)
Outros		(105.265)	-	-	(100.056)	-	-	-	-	(205.321)	(405.578)	(405.578)	(610.899)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>57.840.313</b>	<b>298.313</b>	<b>4.531.578</b>	<b>17.953.256</b>	<b>3.004.185</b>	<b>124.187</b>	<b>(3.178.020)</b>	<b>-</b>	<b>(791.358)</b>	<b>79.782.454</b>	<b>1.148.102</b>	<b>80.930.556</b>
<b>Muta�es do Exercício</b>		<b>(105.265)</b>	<b>104.198</b>	<b>678.194</b>	<b>8.924.550</b>	<b>(928.249)</b>	<b>32.806</b>	<b>572.197</b>	<b>-</b>	<b>(110.224)</b>	<b>9.168.206</b>	<b>(540.014)</b>	<b>8.628.192</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros		Reservas de Lucros			Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>57.840.313</b>	<b>298.313</b>	<b>4.531.578</b>	<b>17.953.256</b>	<b>3.004.185</b>	<b>124.187</b>	<b>(3.178.020)</b>	-	<b>(791.358)</b>	<b>79.782.454</b>	<b>1.148.102</b>	<b>80.930.556</b>
Escopo de Consolidação		228.290	-	-	-	-	-	-	-	-	228.290	-	228.290
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	-	254.144	-	-	254.144	-	254.144
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	78.319	78.319	-	78.319
Resultado com Ações em Tesouraria	23.d	-	40.820	-	-	-	-	-	-	-	40.820	-	40.820
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	55.069	-	-	-	-	-	-	-	55.069	-	55.069
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(3.001.233)	(596.500)	-	-	-	(3.597.733)	-	(3.597.733)
Dividendos Prescritos		-	-	-	6.529	-	-	-	-	-	6.529	-	6.529
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	15.374.778	-	15.374.778	-	15.374.778
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	768.739	-	-	-	-	(768.739)	-	-	-	-
Cisão	23.b	(577.505)	404.933	-	185.967	-	-	-	-	-	13.395	-	13.395
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)
Dividendos		-	-	-	(200.000)	-	-	-	(5.800.000)	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	5.798.973	-	-	-	(5.798.973)	-	-	-	-
Lucro Não Realizado		-	-	-	(641.934)	-	-	-	641.934	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	119.527	119.527
Outros		-	-	-	(179.356)	-	-	-	-	-	(179.356)	(20.491)	(199.847)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2021</b>		<b>57.491.099</b>	<b>799.135</b>	<b>5.300.317</b>	<b>22.923.435</b>	<b>2.952</b>	<b>(472.314)</b>	<b>(2.923.876)</b>	-	<b>(713.039)</b>	<b>82.407.709</b>	<b>1.247.138</b>	<b>83.654.847</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		<b>(349.214)</b>	<b>500.822</b>	<b>768.739</b>	<b>4.970.179</b>	<b>(3.001.233)</b>	<b>(596.501)</b>	<b>254.144</b>	-	<b>78.319</b>	<b>2.625.255</b>	<b>99.036</b>	<b>2.724.291</b>

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Coligadas e Próprios	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial						
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>		<b>57.262.808</b>	<b>670.717</b>	<b>4.889.259</b>	<b>21.918.717</b>	<b>1.772.448</b>	<b>(243.009)</b>	<b>(3.053.446)</b>	-	<b>(709.770)</b>	<b>82.507.724</b>	<b>1.288.443</b>	<b>83.796.167</b>
Escopo de Consolidação		228.290	-	-	-	-	-	-	-	-	228.290	-	228.290
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	-	-	-	-	129.569	-	-	129.569	-	129.569
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.269)	(3.269)	-	(3.269)
Resultado com Ações em Tesouraria	23.d	-	238	-	-	-	-	-	-	-	238	-	238
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	128.181	-	-	-	-	-	-	-	128.181	-	128.181
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.769.496)	(229.304)	-	-	-	(1.998.800)	-	(1.998.800)
Dividendos Prescritos		-	-	-	6.529	-	-	-	-	-	6.529	-	6.529
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	8.221.166	-	8.221.166	-	8.221.166
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	411.058	-	-	-	-	(411.058)	-	-	-	-
Cisão	23.b	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	-	-	-	-	-	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)	-	(3.649.000)
Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	1.667.088	-	-	-	(1.667.088)	-	-	-	-
Lucro Não Realizado		-	-	-	(505.980)	-	-	-	505.980	-	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	51.195	51.195
Outros		-	-	-	(162.919)	-	-	-	-	-	(162.919)	(92.500)	(255.419)
<b>Saldos em 31 de dezembro 2021</b>		<b>57.491.099</b>	<b>799.135</b>	<b>5.300.317</b>	<b>22.923.435</b>	<b>2.952</b>	<b>(472.314)</b>	<b>(2.923.876)</b>	-	<b>(713.039)</b>	<b>82.407.709</b>	<b>1.247.138</b>	<b>83.654.847</b>
<b>Mutações do Exercício</b>		<b>228.290</b>	<b>128.419</b>	<b>411.058</b>	<b>1.004.718</b>	<b>(1.769.496)</b>	<b>(229.304)</b>	<b>129.569</b>	-	<b>(3.269)</b>	<b>(100.015)</b>	<b>(41.305)</b>	<b>(141.320)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

\*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

**Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do Conglomerado Prudencial**

	Notas Explicativas	01/07 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
<b>Lucro Líquido</b>		<b>8.221.166</b>	<b>15.374.778</b>	<b>13.563.886</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>(14.522.289)</b>	<b>45.165.495</b>	<b>427.292</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	8.291.418	15.355.920	16.474.219
Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	787.370	1.541.760	1.819.948
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	392.823	668.625	358.570
Tributos Diferidos	11	2.287.664	2.332.726	(7.707.329)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	14	(903.781)	(1.671.990)	(1.128.778)
Depreciações e Amortizações	25	1.734.354	4.249.635	3.117.662
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	28	1.739	14.640	(24.629)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	28	(23.317)	(68.882)	(64.066)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	19.a	(68.888)	-	3.489
Atualização de Depósitos Judiciais	26	(274.366)	(377.154)	(230.273)
Atualização de Impostos a Compensar	26	(58.156)	(210.484)	(132.309)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		5.325	-	-
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(26.635.719)	23.236.338	(12.150.805)
Outros		(58.755)	94.361	91.593
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>15.080.014</b>	<b>(42.502.537)</b>	<b>30.693.763</b>
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		14.280.875	43.845.300	(28.362.778)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(10.011.969)	176.779	(55.854.457)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(24.088.195)	(54.411.497)	(70.424.878)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(907.112)	(814.126)	1.218.859
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(7.514.359)	(10.179.967)	11.254.324
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		21.425.303	61.400.112	(5.981.172)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		467.449	182.408	52.538
Redução (aumento) em Outros Ativos		855.357	5.711.448	24.433.856
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(1.157.779)	(1.594.689)	470.903
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(3.200.386)	(9.713.112)	(12.338.746)
Aumento (Redução) em Depósitos		4.660.372	13.099.299	117.146.714
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(27.529.416)	(59.048.998)	30.928.322
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		18.015.775	25.747.223	9.892.353
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(2.768.964)	(93.303.944)	(3.425.074)
Aumento (Redução) em Outros Passivos		35.891.239	36.085.180	11.788.694
Aumento (redução) em Outras Obrigações Fiscais Correntes		(1.435.765)	4.439.046	843.340
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(4.680)	53.335	66.697
Imposto Pago		(1.897.731)	(4.176.155)	(1.015.732)
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais</b>		<b>8.778.891</b>	<b>18.037.736</b>	<b>44.684.941</b>
<b>Atividades de Investimento</b>				
Aquisição de Investimentos		-	-	(130)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(806.591)	(1.181.250)	(576.718)
Aplicações e Alienações no Intangível		(1.977.824)	(1.361.044)	(2.522.348)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		9.857	9.874	114
Alienação de Participações em Coligadas e Controladas	14	75.705	80.715	2.625
Aquisição de Participação Minoritária Residual em Controlada		(110.335)	(257.421)	(1.060.404)
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		267.539	616.512	461.988
Alienação de Imobilizado de Uso		92.737	(35.389)	114.848
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		124.231	159.052	83.997
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento</b>		<b>(2.324.681)</b>	<b>(1.968.951)</b>	<b>(3.496.028)</b>
<b>Atividades de Financiamento</b>				
Aquisição de Ações de Emissão Própria	21.d	(3.269)	78.319	(110.224)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		43.116.455	96.662.999	62.324.678
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(50.284.805)	(98.017.056)	(84.683.718)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(5.780.537)	(9.916.531)	(11.089.406)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		27.347	27.347	-
<b>Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento</b>		<b>(12.924.809)</b>	<b>(11.164.922)</b>	<b>(33.558.670)</b>
<b>Varição Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(5.325)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>(6.475.924)</b>	<b>4.903.863</b>	<b>7.630.243</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>4</b>	<b>40.449.245</b>	<b>29.069.458</b>	<b>21.439.215</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	<b>4</b>	<b>33.973.321</b>	<b>33.973.321</b>	<b>29.069.458</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj. 281, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial (Consolidado Prudencial ou Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3.959/2019, e entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

Em 27 de maio de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.911 que passará a vigorar em 1º de janeiro de 2022 e propõem alterações nos documentos e divulgações a serem realizados. O Banco está em processo de avaliação e adaptações para pela Resolução, a qual determina a extinção dos documentos:

- Balancete e Balanço - sede e dependência (documentos 4020 e 4026);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Consolidada de Dependências e Participações Societárias no Exterior (documento 4343);
- Balancete e Balanço do Conglomerado Financeiro (documentos 4040 e 4046);
- Balancete Patrimonial Analítico - Posição Individual de Participação Societária no Exterior (documento 4313) será simplificado;
- Demonstrações Financeiras Conglomerado Prudencial com Notas Explicativas/ Parecer do Auditor

A resolução mantém a obrigatoriedade de publicação dos documentos:

- Balancete Patrimonial Analítico – Conglomerado Prudencial, com periodicidade mensal (CADO 4060);
- Balanço Patrimonial – Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral (CADO 4066), para as datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro; e
- Relatório do Conglomerado Prudencial, com periodicidade semestral, para as datas-bases de 30 de junho e 31 de dezembro (o qual ainda será objeto de maior detalhamento por parte do regulador).

Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025, sendo que Banco Santander, junto ao mercado e ao Banco Central, já iniciou as avaliações de impacto e alterações necessárias para atender sua implementação e sobre a identificação e tratamento dos impactos esperados.

A Resolução CMN nº 4.967, que foi publicada em novembro de 2021, determina critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado, a Resolução que passa a vigorar em vigor em 1º de janeiro de 2022, já é objeto de avaliação e análise por parte do Banco Santander para ponderação sobre seus impactos e dos procedimentos a serem estabelecidos.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na Nota 14, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na reunião realizada em 01 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

### **3. Principais Políticas Contábeis**

#### **a) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

#### **b) Moeda Funcional**

##### **Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

A Resolução CMN nº 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações com finalidade de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander em 2020. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander e de suas controladas, incluindo sua subsidiária e agências no exterior.

Os ativos e passivos das dependências e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

#### **c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen**

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

**e.1) Operações Compromissadas****Venda com Compromisso de Recompra**

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

**Compra com Compromisso de Revenda**

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

**Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação**

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

**f) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme Circular nº 3.068/2001 do Banco Central, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

### g) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/2002 do Banco Central, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a hedge ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de hedge contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (hedge) podem ser classificados como:

I - hedge de risco de mercado; e

II - hedge de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge e os respectivos objetos de hedge são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

Não temos operações de hedge de investimento líquido em operações no exterior como definido na Resolução CMN nº 4.524/2016, uma vez que não detemos investimentos no exterior em moeda funcional diferente do real.

### h) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/2008 e Resolução CMN nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A Resolução CMN nº 4.855 de 24 de setembro de 2020, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, determina que, para os critérios de provisão de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da COVID-19 na economia, nas quais haja compartilhamento de recursos ou de riscos entre a União e as instituições participantes ou garantia prestada pela União, os percentuais definidos na Resolução nº 2.682, devem ser aplicados somente sobre a parcela do valor contábil da operação, cujo risco de crédito é detido pela instituição. Nos casos de transferência para prejuízo, o montante levado para contas de compensação deve ser de 100% do saldo da operação.

### **h.1) Reestruturação de Operação de Crédito**

A Resolução CMN nº 4.803, posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 4.855 mencionada acima, permitiu às Instituições Financeiras reclassificar para o nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, as operações renegociadas entre 1º de março a 31 de dezembro de 2020 (redação dada pela resolução 4.855), não incluindo aquelas operações com atraso igual ou superior a quinze dias em 29 de fevereiro de 2020 e que apresentem evidências de incapacidade de honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

### **i) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens**

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (operações descontinuadas), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

### **j) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

#### **j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

### **k) Investimentos**

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Mudança no Escopo de Consolidação – Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

A resolução CMN nº 4.817/2020 que trata sobre critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, a principal alteração que trazida é a extinção do COSIF “Ações e cotas” do grupo de investimentos, passando estes a serem tratados como Títulos e Valores Mobiliários, a resolução passa a vigorar em janeiro de 2022 e o Banco Santander segue avaliando impactos e alterações necessárias, não havendo expectativa de impactos materiais por essa alteração

### **l) Imobilizado de Uso**

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais.

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

### **m) Intangível**

O ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

#### **n) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização**

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

##### **Provisões Técnicas de Previdência**

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

###### **• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

###### **• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

##### **Provisões Técnicas de Capitalização**

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

#### **o) Plano de Benefícios a Funcionários**

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

##### **Plano de Contribuição Definida**

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

##### **Planos de Benefício Definido**

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 31. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

## Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 29) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

### p) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

### Liquidação em Ações

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

### Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

### Remuneração Variável Referenciada em Ações

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas *Malus* e *Clawback*, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

#### **q) Captações, Emissões e Outros Passivos**

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

#### **r) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Banco Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

#### **s) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)**

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

#### **t) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL, para os bancos de qualquer espécie, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020, nos termos do artigo 32 da Emenda Constitucional 103, publicada em 13 de novembro de 2019.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A alíquota da CSLL para os bancos de qualquer espécies, as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (pessoas jurídicas do setor financeiro) foi majorada em 5% para o período-base compreendido entre 1 de julho de 2021 e 31 de dezembro de 2021, nos termos da Lei 14.183/2021 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 1.034/2021).

#### **u) Juros sobre Capital Próprio**

Publicada em 19 de dezembro de 2018, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, a Resolução CMN nº 4.706 tem aplicação prospectiva e determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital. A Norma determina que os Juros sobre Capital Próprio devem ser reconhecidos a partir do momento que sejam declarados ou propostos e assim configurem obrigação presente na data do balanço e, em cumprindo esta determinação, esta remuneração de capital deve ser registrada em conta específica no Passivo.

#### **v) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso.

#### **w) Pagamentos e Antecipações baseados nos Resultados**

A Resolução CMN nº 4.797 foi revogada e substituída pela Resolução CMN nº 4.820, a qual foi alterada pela Resolução CMN nº 4.885, que passou a vigorar em 23 de dezembro de 2020, e com elas, ficou determinado que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam impedidos de:

- (i) remunerar o capital próprio, inclusive sob a forma de antecipação, acima dos seguintes valores:
  - (a) o montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; e montante equivalente à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;
  - (b) o montante equivalente.
    - (1) ao dividendo mínimo obrigatório, estabelecido pelo art. 202 da Lei nº 6.404, de 1976, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedade por ações; ou
    - (2) à distribuição mínima de lucro estabelecida no contrato social no caso das instituições constituídas sob a forma de sociedades limitadas;
- (ii) recomprar ações próprias (será permitida apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% (cinco por cento) das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor desta Resolução);
- (iii) reduzir o capital social, com exceção aos casos que for obrigatória, na forma da legislação de regência ou quando aprovada pelo Banco Central;

- (iv) aumentar quaisquer remunerações, fixa ou variável, de diretores e membros do conselho de administração, no caso das sociedades anônimas, e dos administradores, no caso de sociedades limitadas;

Eventual antecipação dos montantes mencionados nas alíneas "a" e "b" do item I deve ser realizada de forma conservadora, consistente e compatível com as incertezas da conjuntura econômica atual.

Os valores sujeitos às vedações mencionadas não podem ser objeto de obrigação de desembolso futuro, sendo que essas vedações se aplicam a partir da data de publicação da Resolução CMN nº 4.797 (em 06 de abril de 2020) a 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013, e 4.783, de 16 de março de 2020.

#### **x) Resultados de Exercícios Futuros**

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente, relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

#### **y) Participação dos Acionistas Minoritários**

A participação dos acionistas não controladores (minoritários) é registrada em conta destacada de patrimônio da entidade controladora nas demonstrações financeiras consolidadas.

#### **z) Garantias Financeiras Prestadas**

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, prospectivamente a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

#### **aa) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes**

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 32.

#### **ab) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda**

A partir de 01 de janeiro de 2021 entraram em vigor as Resoluções CMN nº 4.747 e nº 4.748 de agosto de 2019 e a Carta-Circular BACEN nº 3.994, que estabelecem critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda pelas Instituições Financeiras.

A Resolução CMN nº 4.747, entre outros requisitos, estabelece que a depender da origem dos ativos não financeiros mantidos para venda, as instituições financeiras devem os classificar como:

a) próprios;

b) recebidos em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa como forma de pagamento de instrumentos financeiros de duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

A Resolução CMN nº 4.748, estabelece que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem observar o Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (CPC46) na mensuração de elementos patrimoniais e de resultado, nas situações em que a mensuração pelo valor justo de tais elementos esteja prevista em regulamentação específica.

#### **ac) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos**

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central

do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

#### ad) Eventos Subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

#### ae) Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. O Banco ainda está avaliando os impactos da adoção e cronograma de implantação.

#### af) Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022 dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Dentre as alterações propostas, destaca-se principalmente a extinção do Grupo 5 – Rendas de Exercícios Futuros, sendo consequentemente todos os montantes do mesmo transferidos à linha de Outros Passivos.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
<b>Disponibilidades</b>	<b>16.709.956</b>	<b>19.582.458</b>	<b>9.920.196</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (1)</b>	<b>17.263.365</b>	<b>9.487.000</b>	<b>11.519.019</b>
Aplicações no Mercado Aberto	15.055.356	7.306.408	110.746
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	983.192	991.675	1.105.446
Aplicações em Moedas Estrangeiras	1.224.817	1.188.917	10.302.827
<b>Total</b>	<b>33.973.321</b>	<b>29.069.458</b>	<b>21.439.215</b>

(1) Referem-se as operações de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez cujo prazo de vencimento na data efetiva aplicação era igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudanças de valor justo.

### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	31/12/2021			31/12/2020	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<b>Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>25.912.368</b>	-	-	<b>25.912.369</b>	<b>62.601.986</b>
<b>Posição Bancada</b>	<b>7.094.986</b>	-	-	<b>7.094.986</b>	<b>12.833.464</b>
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	706.245	-	-	<b>706.245</b>	2.869.850
Letras do Tesouro Nacional – LTN	1.585.316	-	-	<b>1.585.316</b>	2.218.460
Notas do Tesouro Nacional – NTN	4.803.425	-	-	<b>4.803.425</b>	7.745.154
<b>Posição Financiada</b>	<b>6.638.709</b>	-	-	<b>6.638.709</b>	<b>6.203.774</b>
Letras do Tesouro Nacional – LTN	500.173	-	-	<b>500.173</b>	-
Notas do Tesouro Nacional – NTN	4.644.361	-	-	<b>4.644.361</b>	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.494.175	-	-	<b>1.494.175</b>	6.203.774
<b>Posição Vendida</b>	<b>12.178.674</b>	-	-	<b>12.178.674</b>	<b>43.564.748</b>
Letras do Tesouro Nacional – LTN	2.772.317	-	-	<b>2.772.317</b>	1.456.524
Notas do Tesouro Nacional – NTN	8.792.071	-	-	<b>8.792.071</b>	8.469.234
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	614.286	-	-	<b>614.286</b>	33.638.990
<b>Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>1.534.767</b>	<b>2.717.017</b>	<b>2.240.348</b>	<b>6.492.132</b>	<b>5.907.350</b>
<b>Aplicações em Moeda Estrangeira</b>	<b>1.224.817</b>	-	-	<b>1.224.817</b>	<b>1.188.917</b>
<b>Total</b>	<b>28.671.953</b>	<b>2.717.017</b>	<b>2.240.348</b>	<b>33.629.318</b>	<b>69.698.253</b>

**6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos****a) Títulos e Valores Mobiliários****I) Resumo da Carteira por Categorias**

			31/12/2021	31/12/2020	
	<u>Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:</u>				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>51.434.994</b>	<b>(337.299)</b>	-	<b>51.097.695</b>	<b>72.305.837</b>
Títulos Públicos	49.685.672	(361.073)	-	49.324.599	69.337.824
Títulos Privados	1.749.322	23.774	-	1.773.096	2.968.013
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>157.165.945</b>	<b>(2.109.538)</b>	<b>(1.358.064)</b>	<b>153.698.343</b>	<b>137.537.869</b>
Títulos Públicos	122.387.337	(2.121.346)	(1.928.944)	118.337.047	105.995.275
Títulos Privados	34.778.608	11.808	570.880	35.361.296	31.542.594
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>15.279.129</b>	-	-	<b>15.279.129</b>	<b>16.571.599</b>
Títulos Públicos	13.871.975	-	-	13.871.975	14.993.233
Títulos Privados	1.407.154	-	-	1.407.154	1.578.365
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>223.880.068</b>	<b>(2.446.837)</b>	<b>(1.358.064)</b>	<b>220.075.167</b>	<b>226.415.305</b>

**II) Títulos para Negociação**

			31/12/2021	31/12/2020	
	<u>Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:</u>				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>49.685.672</b>	<b>(361.073)</b>	<b>49.324.599</b>	<b>69.337.824</b>	
<b>Títulos Públicos</b>	<b>49.685.672</b>	<b>(361.073)</b>	<b>49.324.599</b>	<b>69.337.824</b>	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.733.814	17.619	10.751.433	6.924.356	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	12.543.271	(11.873)	12.531.398	23.439.521	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.705.810	(365.690)	24.340.120	38.186.441	
Títulos da Dívida Agrária - TDA	23.999	(27)	23.972	44.820	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.674.879	(1.094)	1.673.785	678.533	
Debêntures	3.899	(8)	3.891	<b>64.153</b>	
<b>Títulos Privados</b>	<b>1.749.322</b>	<b>23.774</b>	<b>1.773.096</b>	<b>2.968.013</b>	
Ações	77.259	8.728	85.987	1.339.892	
Cotas de Fundos de Investimento	442.936	(4.862)	438.074	401.442	
Debêntures	1.055.493	20.759	1.076.252	1.077.513	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	58.273	(670)	57.603	23.008	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	11.683	(181)	11.502	23.866	
Letras de Câmbio	103.678	-	103.678	32.618	
Letras Financeiras - LF	-	-	-	69.675	
<b>Total</b>	<b>51.434.994</b>	<b>(337.299)</b>	<b>51.097.695</b>	<b>72.305.838</b>	

	31/12/2021					
<b>Títulos para Negociação</b>	<b>Sem</b>	<b>Até</b>	<b>De 3 a</b>	<b>De 1 a</b>	<b>Acima de</b>	<b>Total</b>
<b>Abertura por Vencimento</b>	<b>Vencimento</b>	<b>3 Meses</b>	<b>12 Meses</b>	<b>3 Anos</b>	<b>3 Anos</b>	
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>3.858.251</b>	<b>8.781.089</b>	<b>18.247.666</b>	<b>18.437.593</b>	<b>49.324.599</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	1.372.558	3.887.024	3.660.544	1.831.307	10.751.433
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	904.876	1.816.497	9.040.004	770.021	12.531.398
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	351.883	2.625.442	5.533.584	15.829.211	24.340.120
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	1.560	6.054	13.531	2.827	23.972
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	1.227.323	446.072	3	387	1.673.785
Debêntures	-	51	-	-	3.840	3.891
<b>Títulos Privados</b>	<b>484.947</b>	<b>8.101</b>	<b>147.963</b>	<b>162.456</b>	<b>969.629</b>	<b>1.773.096</b>
Ações	46.873	-	39.114	-	-	85.987
Cotas de Fundos de Investimento	438.074	-	-	-	-	438.074
Debêntures	-	7.678	3.687	162.304	902.583	1.076.252
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	5	581	32	56.985	57.603

Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	418	903	120	10.061	11.502
Letras de Câmbio	-	-	103.678	-	-	103.678
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>484.947</b>	<b>3.866.352</b>	<b>8.929.052</b>	<b>18.410.122</b>	<b>19.407.222</b>	<b>51.097.695</b>

\*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Títulos Mantidos para Negociação são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

### III) Títulos Disponíveis para Venda

Títulos Disponíveis para Venda	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil
		Patrimônio			
		Resultado	Líquido		
<b>Títulos Públicos</b>	<b>122.387.337</b>	<b>(2.121.346)</b>	<b>(1.928.944)</b>	<b>118.337.047</b>	<b>105.995.275</b>
Certificado Financeiro do Tesouro – CFT	736	-	6	742	1.441
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	460
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	39.416.263	-	3.409	39.419.672	21.724.407
Letras do Tesouro Nacional - LTN	19.317.674	(348.381)	(980.761)	17.988.532	34.350.939
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	43.046.117	(1.772.965)	(555.694)	40.717.458	48.632.551
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.274.913	-	-	2.274.913	1.285.477
Títulos da Dívida Externa Espanhola	16.061.004	-	(454.285)	15.606.719	-
Títulos da Dívida Externa Mexicana	2.270.619	-	58.392	2.329.011	-
<b>Títulos Privados</b>	<b>34.778.608</b>	<b>11.808</b>	<b>570.880</b>	<b>35.361.296</b>	<b>31.542.594</b>
Ações	322	-	(271)	51	53
Cotas de Fundos de Investimento	1.089.668	-	-	1.089.668	1.671.299
Cotas de Fundos Imobiliários	31.762	-	(378)	31.384	39.006
Debêntures (1)	18.141.730	11.808	832.956	18.986.494	14.953.673
Eurobonds	3.407.775	-	145.382	3.553.157	3.285.910
Notas Promissórias – NP	1.666.251	-	8.432	1.674.683	4.525.164
Letras Financeiras – LF	279.240	-	(5.335)	273.905	270.298
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	2.805	-	(21)	2.784	23.625
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	126.667	-	24.847	151.514	171.916
Cédula de Produto Rural – CPR	10.032.388	-	(434.732)	9.597.656	6.601.651
<b>Total</b>	<b>157.165.945</b>	<b>(2.109.538)</b>	<b>(1.358.064)</b>	<b>153.698.343</b>	<b>137.537.869</b>

Títulos Disponíveis para Venda Abertura por Vencimento	31/12/2021					Total
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.455.703</b>	<b>6.206.757</b>	<b>18.239.168</b>	<b>32.009.270</b>	<b>60.426.149</b>	<b>118.337.047</b>
Certificado Financeiro do Tesouro – CFT	-	742	-	-	-	742
Crédito Securitizado	-	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	274.871	292.090	8.952.833	29.899.878	39.419.672
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.455.703	3.348.836	-	13.183.993	-	17.988.532
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	-	1.410.504	11.348	9.872.444	29.423.162	40.717.458
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	1.171.804	-	-	1.103.109	2.274.913
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	-	15.606.719	-	-	15.606.719
Títulos da Dívida Externa Mexicana	-	-	2.329.011	-	-	2.329.011
<b>Títulos Privados</b>	<b>1.202.420</b>	<b>1.572.626</b>	<b>7.599.022</b>	<b>9.976.489</b>	<b>15.010.739</b>	<b>35.361.296</b>
Ações	51	-	-	-	-	51
Cotas de Fundos de Investimento	1.089.668	-	-	-	-	1.089.668
Cotas de Fundos Imobiliários	31.384	-	-	-	-	31.384
Debêntures (1)	-	468.310	2.034.184	6.351.643	10.132.357	18.986.494
Eurobonds	-	-	-	-	3.553.157	3.553.157
Notas Promissórias – NP	-	31.763	803.317	839.603	-	1.674.683
Letras Financeiras – LF	-	110.948	162.957	-	-	273.905
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	-	-	-	-	2.784	2.784
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	-	-	-	126.768	24.746	151.514
Cédula de Produto Rural – CPR	81.317	961.605	4.598.564	2.658.475	1.297.695	9.597.656
<b>Total</b>	<b>2.658.123</b>	<b>7.779.383</b>	<b>25.838.190</b>	<b>41.985.759</b>	<b>75.436.888</b>	<b>153.698.343</b>

(1) Inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R\$ 67.606 (31/12/2020 - R\$287.736) em títulos disponíveis para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2021, a quantidade de 913.500 no valor de R\$ 858.633 (31/12/2020 - 428.000 no valor de R\$1.002.731) de Notas de Tesouro Nacional - NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar dos Planos de Previdência junto a entidade BANESPREV.

## IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

Títulos Mantidos até o Vencimento (1)	Valor do Custo Amortizado/Contábil		Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
	31/12/2021	31/12/2020					
<b>Títulos Públicos</b>	<b>13.871.975</b>	<b>14.739.539</b>	-	<b>11.868</b>	<b>7.027.196</b>	<b>6.832.911</b>	<b>13.871.975</b>
Notas do Tesouro Nacional – NTN	4.822.599	4.549.498	-	11.868	4.810.731	-	4.822.599
Títulos da Dívida Externa Brasileira	9.049.376	10.190.042	-	-	2.216.465	6.832.911	9.049.376
<b>Títulos Privados</b>	<b>1.407.154</b>	<b>1.578.365</b>	-	<b>718.745</b>	<b>688.409</b>	-	<b>1.407.154</b>
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	1.407.154	1.578.365	-	718.745	688.409	-	1.407.154
<b>Total</b>	<b>15.279.129</b>	<b>16.317.905</b>	-	<b>730.613</b>	<b>7.715.605</b>	<b>6.832.911</b>	<b>15.279.129</b>

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 14.993.443 (31/12/2020 - R\$16.322.840).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

## V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	20.959.453	53.309.781
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.385.448	2.794.688
Resultado de Títulos de Renda Variável	251.290	133.659
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(159.365)	(165.360)
Outras (3)	609.736	(2.409.462)
<b>Total</b>	<b>25.046.562</b>	<b>53.663.306</b>

(1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 12.801.341 no Consolidado (2020 - receita de variação cambial R\$ 3.824.080 no Consolidado).

(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(3) Inclui despesa de variação cambial e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 264.895 no Banco e no Consolidado (2020 - despesa de variação cambial de R\$3.379.505 e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$171.433 no Banco e no Consolidado).

## b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

## I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	7.641.355	8.538.705	14.729.641	18.652.196
Prêmios de Opções a Exercer	1.370.541	2.256.244	4.979.011	4.926.994
Contratos a Termo e Outros	12.077.828	13.852.282	13.131.423	12.690.275
<b>Total</b>	<b>21.089.724</b>	<b>24.647.231</b>	<b>32.840.075</b>	<b>36.269.465</b>

## II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

Negociação	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo
<b>Swap</b>	<b>841.676.369</b>	<b>(1.804.602)</b>	<b>(897.350)</b>	<b>408.037.877</b>	<b>(2.838.239)</b>	<b>(3.922.555)</b>
<b>Ativo</b>	<b>422.001.798</b>	<b>13.189.437</b>	<b>7.641.355</b>	<b>283.308.405</b>	<b>6.511.030</b>	<b>14.729.641</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	66.837.268	318.541	(778.177)	45.872.335	326.585	2.686.294
Taxa de Juros Pré - Reais	235.605.371	9.269.271	6.412.471	54.159.847	4.013.562	9.607.343
Indexados em Índices de Preços e Juros	2.089.110	799.550	(234.488)	5.124.411	959.322	1.093.119
Moeda Estrangeira	91.837.446	2.775.313	2.003.728	178.076.136	950.048	1.039.528
Outros	25.632.603	26.763	237.822	75.676	261.513	303.357
<b>Passivo</b>	<b>419.674.570</b>	<b>(14.994.039)</b>	<b>(8.538.705)</b>	<b>124.729.472</b>	<b>(9.349.269)</b>	<b>(18.652.196)</b>
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	321.402.883	(4.171.481)	(12.327.484)	33.239.800	(6.911.747)	(14.018.319)
Taxa de Juros Pré - Reais	48.874.762	(6.760.576)	2.467.425	49.644.709	(2.183.507)	(2.772.479)
Indexados em Índices de Preços e Juros	22.827.336	(28.407)	(728.677)	33.026.691	(25)	(450.958)
Moeda Estrangeira	937.129	(4.006.955)	2.287.852	6.636.884	(231.185)	153.695
Outros	25.632.461	(26.621)	(237.822)	2.181.388	(22.805)	(1.564.135)
<b>Opções</b>	<b>1.130.172.099</b>	<b>(610.691)</b>	<b>(885.703)</b>	<b>2.043.286.079</b>	<b>(282.108)</b>	<b>52.017</b>
<b>Compromissos de Compra</b>	<b>564.829.758</b>	<b>1.225.532</b>	<b>1.370.541</b>	<b>1.006.266.895</b>	<b>1.869.805</b>	<b>4.979.011</b>
Opções de Compra Moeda Estrangeira	9.898.179	271.464	382.237	1.188.387	47.898	39.201
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.094.316	140.280	187.123	1.948.673	79.019	109.077
Opções de Compra Outras	31.248.540	444.648	495.628	134.761.946	558.794	1.093.583
Mercado Interfinanceiro	28.499.055	444.446	495.214	101.421.659	557.167	556.039
Outras (2)	2.749.485	203	414	33.340.287	1.627	537.544
Opções de Venda Outras	519.588.723	369.140	305.553	868.367.889	1.184.094	3.737.150
Mercado Interfinanceiro	519.588.723	369.140	305.553	864.852.555	1.183.630	3.733.690
Outras (2)	-	-	-	3.515.334	464	3.460
<b>Compromissos de Venda</b>	<b>565.342.341</b>	<b>(1.836.224)</b>	<b>(2.256.244)</b>	<b>1.037.019.184</b>	<b>(2.151.913)</b>	<b>(4.926.994)</b>
Opções de Compra Moeda Estrangeira	4.111.016	(170.553)	(152.348)	1.537.669	(70.201)	699.241
Opções de Venda Moeda Estrangeira	4.017.161	(348.715)	(287.825)	2.315.918	(137.061)	(192.334)

Opções de Compra Outras	33.383.234	(719.460)	(872.335)	130.919.392	(588.022)	(453.918)
Mercado Interfinanceiro	31.730.928	(713.773)	(858.586)	120.156.284	(566.812)	(464.404)
Outras (2)	1.652.305	(5.687)	(13.749)	10.763.108	(21.210)	10.486
Opções de Venda Outras	523.830.930	(597.497)	(943.736)	902.246.205	(1.356.629)	(4.979.983)
Mercado Interfinanceiro	523.830.930	(597.497)	(943.736)	869.328.317	(1.350.314)	(4.597.426)
Outras (2)	-	-	-	32.917.888	(6.315)	(382.557)
<b>Contratos de Futuros</b>	<b>287.984.278</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>270.258.562</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Posição Comprada</b>	<b>148.237.279</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>110.275.865</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Cupom Cambial (DDI)	85.931.389	-	-	12.438.695	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	28.491.764	-	-	97.837.170	-	-
Moeda Estrangeira	33.797.350	-	-	-	-	-
Índice (3)	16.776	-	-	-	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	-	-	-
<b>Posição Vendida</b>	<b>139.746.999</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>159.982.697</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Cupom Cambial (DDI)	60.606.204	-	-	73.114.013	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	53.267.620	-	-	67.958.767	-	-
Moeda Estrangeira	25.678.296	-	-	18.653.657	-	-
Índice (3)	194.879	-	-	256.260	-	-
Treasury Bonds/Notes	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos a Termo e Outros</b>	<b>174.435.332</b>	<b>2.836.843</b>	<b>(1.774.454)</b>	<b>107.761.737</b>	<b>2.693.758</b>	<b>441.200</b>
<b>Compromissos de Compra</b>	<b>96.509.221</b>	<b>5.345.415</b>	<b>12.077.828</b>	<b>67.378.024</b>	<b>1.370.653</b>	<b>13.131.475</b>
Moedas	83.752.185	2.738.485	9.491.606	59.711.695	1.370.653	13.077.412
Outros	12.757.036	2.606.930	2.586.222	7.666.329	-	54.063
<b>Compromissos de Venda</b>	<b>77.926.111</b>	<b>(2.508.572)</b>	<b>(13.852.282)</b>	<b>40.383.713</b>	<b>1.323.105</b>	<b>(12.690.275)</b>
Moedas	71.611.500	(1.141.826)	(12.679.825)	39.905.187	1.323.327	(12.692.635)
Outros	6.314.611	(1.366.746)	(1.172.457)	478.526	(222)	2.360

(1) Valor nominal dos contratos sem atualização.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem *US Treasury*, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

### III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

				31/12/2021	Valor Referencial 31/12/2020
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras (1)	Total	Total
Swap	152.650.125	237.532.133	31.819.540	422.001.798	283.308.405
Opções	1.127.446.708	1.641.361	1.084.030	1.130.172.099	2.043.286.079
Contratos de Futuros	287.984.278	-	-	287.984.278	270.258.562
Contratos a Termo e Outros	77.281.418	96.857.222	296.693	174.435.332	107.761.737

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

**IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento**

				31/12/2021	Valor Referencial 31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	30.501.795	103.682.077	287.817.926	422.001.798	283.308.405
Opções	749.406.698	128.500.299	252.265.102	1.130.172.099	2.043.286.079
Contratos de Futuros	167.320.563	45.239.639	75.424.076	287.984.278	270.258.562
Contratos a Termo e Outros	72.761.669	67.060.436	34.613.227	174.435.332	107.761.737

**V) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação**

			31/12/2021	Valor Referencial 31/12/2020
	Bolsas (2)	Balcão (3)	Total	Total
Swap	111.418.682	310.583.117	422.001.798	283.308.405
Opções	1.094.484.434	35.687.665	1.130.172.099	2.043.286.079
Contratos de Futuros	287.984.278	-	287.984.278	270.258.562
Contratos a Termo e Outros	7.108.898	167.326.434	174.435.332	107.761.737

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

**IV) Hedge Contábil**

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de hedge contábil foram estabelecidas:

**IV.1) Hedge de Risco de Mercado**

As estratégias de hedge de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos.

A metodologia de gestão do hedge de risco de mercado adotada pelo Banco segregava as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de swaps e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o hedge de risco de mercado como segue:

- Designa swaps de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de Hedge Accounting, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência de Offshore. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com Swap Cross Currency, a fim de transpassar o risco em Euro para LIBOR + Cupom.
- O Banco possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F e LTN) na carteira de Ativos Financeiros disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata futuros de DI na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de hedge accounting.
- O Banco possui risco ao índice de IPCA gerado por debênture na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, o Banco contrata futuros de IPCA (DAP) na Bolsa e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.
- A Santander Leasing possui risco de taxa de juros pré-fixada gerada por títulos públicos (NTN-F) na carteira de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Para gerenciar este descasamento, a entidade contrata swaps de juros e os designa como instrumento de proteção em uma estrutura de Hedge Accounting.



<b>Contratos de Futuros</b>	<b>28.932.108</b>	<b>24.695.038</b>	<b>27.461.900</b>	<b>22.407.555</b>
Hedge de Operações de Crédito	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.484.174	5.194.804	4.013.966	3.074.325

O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual é demonstrado a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstra-se o saldo do *nocional*, registrado em conta de compensação.

(1) Valores credores se referem às operações ativas e operações devedoras a operações passivas.

Estratégias	31/12/2021			31/12/2020	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<b>Hedge de Risco de Mercado</b>					
<b>Contratos de Swap</b>	<b>19.965</b>	-	<b>64.802</b>	<b>84.767</b>	-
Hedge de Operações de Crédito	19.965	-	64.802	84.767	-
<b>Contratos de Futuros</b>	<b>14.391.886</b>	<b>43.246.054</b>	<b>(16.199.973)</b>	<b>41.437.967</b>	<b>30.985.609</b>
Hedge de Operações de Crédito	2.850.589	-	-	2.850.589	30.985.609
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	11.541.297	43.246.054	(16.199.973)	38.587.378	-
<b>Hedge de Fluxo de Caixa</b>					
<b>Contratos de Swap</b>	-	-	-	-	<b>4.502.378</b>
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	1.428.053
Hedge de Captações	-	-	-	-	3.074.325
<b>Contratos de Futuros</b>	<b>36.608.123</b>	<b>21.539.648</b>	<b>52.784.873</b>	<b>110.932.644</b>	<b>19.333.230</b>
Hedge de Operações de Crédito	28.542.862	-	-	28.542.862	19.333.230
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	8.065.260	21.539.648	41.715.873	71.320.781	-
Hedge de Captações	-	-	11.069.000	11.069.000	-

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$193.793 (31/12/2020 - R\$11.528) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$569 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

## VII) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e *total return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

### Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

### Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

	31/12/2021				Valor Nominal 31/12/2020	
	Risco Retido	Risco Transferido	Risco Retido	Risco Transferido		
	Swap de Taxa de Retorno	Swap de Crédito	Swap de Taxa de Retorno	Swap de Crédito		
	Total		Total			
Swap de Créditos	3.984.392	-	3.483.628	519.670		
<b>Total</b>	<b>3.984.392</b>	<b>-</b>	<b>3.483.628</b>	<b>519.670</b>		

Durante o período não tivemos operações de Swap de crédito. (31/12/2020-R\$1.506).

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Acima de 12 meses	Total	Acima de 12 meses	Total
<b>Futuros - Bruto</b>				
<b>Por Instrumento:</b> CDS	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
<b>Por Classificação de Risco:</b> Abaixo do Grau de Investimento	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298
<b>Por Entidade de Referência:</b> Governo Brasileiro	3.984.392	3.984.392	4.003.298	4.003.298

### VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	31/12/2021	31/12/2020
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	31.305.549	4.363.665
Letras do Tesouro Nacional – LTN	3.751.223	6.155.275
Notas do Tesouro Nacional - NTN	7.725.538	2.814.273
<b>Total</b>	<b>42.782.310</b>	<b>13.333.213</b>

### 7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

### 8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

#### a) Carteira de Créditos

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Operações de Crédito</b>	<b>380.309.522</b>	<b>338.098.750</b>
Empréstimos e Títulos Descontados	207.856.251	179.160.064
Financiamentos	104.274.438	99.450.661
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.409.499	13.659.898
Financiamentos Imobiliários	54.769.334	45.828.127
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>	<b>2.695.952</b>	<b>2.471.384</b>
<b>Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 9) (1)</b>	<b>6.380.642</b>	<b>6.310.254</b>
<b>Outros Créditos (2)</b>	<b>70.029.389</b>	<b>64.693.538</b>
Créditos por Avais e Fianças Honrados	471.385	228.754
Rendas a Receber de Adiantamento Concedido - Carteira de Câmbio (Nota 9)	131.244	150.513
Títulos e Créditos a Receber (Nota 12)	69.426.760	64.316.360
<b>Total</b>	<b>459.415.505</b>	<b>411.573.926</b>

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução /de outras obrigações. (Nota 9)

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

### Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

#### (i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$13.255.965 (31/12/2020 - R\$1.338.253), sendo R\$567.010 em Carteira Ativa, gerando um resultado de R\$195.649 (31/12/2020 - R\$12.233), e R\$12.688.955 em Carteira de Prejuízo. Esses montantes foram transacionados com empresas não pertencentes ao Grupo.

#### (ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 40.790 (31/12/2020- R\$55.284).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN nº 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

### b) Carteira de Créditos por Vencimento

	31/12/2021	31/12/2020
Vencidas	9.851.990	5.842.250
A vencer:		
Até 3 meses	102.448.012	111.046.647
De 3 a 12 meses	118.277.838	100.998.401
Acima de 12 meses	228.837.665	193.686.628
<b>Total</b>	<b>459.415.505</b>	<b>411.573.926</b>

### c) Carteira de Créditos por Setor de Atividade

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Setor Privado</b>	<b>458.417.665</b>	<b>410.553.924</b>
Indústria	67.326.360	67.264.749
Comércio	52.116.991	47.902.610
Instituições Financeiras	1.139.660	2.134.594
Serviços e Outros (1)	67.632.714	60.917.660
Pessoas Físicas	<b>265.380.547</b>	<b>228.089.977</b>
Cartão de Crédito	45.804.859	37.427.267
Crédito Imobiliário	52.992.797	43.993.132
Crédito Consignado	52.303.502	47.029.722
Financiamento e Leasing de Veículos	56.514.741	55.874.243
Outros (2)	57.764.648	43.765.613
Agricultura	4.821.393	4.244.334
<b>Setor Público</b>	<b>997.840</b>	<b>1.020.002</b>
Governo Estadual	331.735	399.668
Governo Municipal	666.105	620.334
<b>Total</b>	<b>459.415.505</b>	<b>411.573.926</b>

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

### d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas de Crédito Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	%	Carteira de Créditos					31/12/2021 Provisão	
		Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0%		196.464.470	-	196.464.470	-	-	-
A	0,5%		138.688.667	2.090	138.690.757	693.454	2	693.456
B	1,0%		44.189.990	3.890.801	48.080.791	480.808	167	480.975
C	3,0%		31.241.924	4.196.290	35.438.214	1.063.146	1.899	1.065.045
D	10,0%		11.009.408	3.847.376	14.856.784	1.485.678	2.245.960	3.731.638
E	30,0%		2.633.675	2.896.095	5.529.770	1.658.931	887.864	2.546.795

F	50,0%	1.936.705	2.275.793	4.212.498	2.106.249	690.148	2.796.397
G	70,0%	2.031.334	1.916.832	3.948.166	2.763.716	765.637	3.529.353
H	100,0%	3.690.046	8.595.444	12.285.490	12.285.490	-	12.285.490
<b>Total</b>		<b>431.886.219</b>	<b>27.620.721</b>	<b>459.506.940</b>	<b>22.537.472</b>	<b>4.591.677</b>	<b>27.129.149</b>

Nível de Risco	Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			31/12/2020 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (3)	Requerida	Adicional (2)	Total
AA	0,0%	174.321.643	-	174.321.643	-	-	-
A	0,5%	136.895.625	-	136.895.625	684.478	331.960	1.016.438
B	1,0%	37.161.806	2.947.768	40.109.574	401.096	572.154	973.250
C	3,0%	24.491.130	2.742.311	27.233.441	817.002	1.575.498	2.392.500
D	10,0%	8.768.027	2.459.727	11.227.754	1.122.775	1.927.260	3.050.035
E	30,0%	2.374.369	2.124.173	4.498.542	1.349.562	704.758	2.054.320
F	50,0%	1.929.261	1.868.256	3.797.517	1.898.759	578.271	2.477.030
G	70,0%	1.848.376	1.366.129	3.214.505	2.250.153	848.059	3.098.212
H	100,0%	4.011.788	6.344.449	10.356.237	10.356.237	-	10.356.237
<b>Total</b>		<b>391.802.025</b>	<b>19.852.813</b>	<b>411.654.838</b>	<b>18.880.062</b>	<b>6.537.960</b>	<b>25.418.022</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 91.435 (31/12/2020- R\$3.944) no Banco e R\$ 91.435 (31/12/2020- R\$3.944) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2021, o aumento na Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos - Adicional está relacionado com a alteração do cenário macroeconômico, que impactou nosso modelo de cálculo do provisionamento.

#### e) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>25.065.539</b>	<b>21.408.084</b>
Constituições Líquidas das Reversões	15.355.920	16.474.219
Baixas	(13.292.310)	(12.464.281)
<b>Saldo Final</b>	<b>27.129.149</b>	<b>25.418.022</b>
<b>Créditos Recuperados</b>	<b>3.422.116</b>	<b>2.787.491</b>

#### f) Créditos Renegociados

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos Renegociados	23.634.268	22.987.914
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.120.588)	(10.411.547)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	47,1%	45,3%

#### g) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2) e Instrumentos Financeiros Derivativos (3)	31/12/2021		31/12/2020	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	6.767.732	1,4%	6.782.322	1,3%
10 Maiores	40.864.829	7,5%	33.571.246	6,5%
20 Maiores	60.535.018	11,2%	54.105.883	10,5%
50 Maiores	93.411.357	17,6%	89.753.598	17,4%
100 Maiores	124.364.929	23,1%	119.028.823	23,1%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

**9. Carteira de Câmbio**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
Direitos sobre Venda de Câmbio	25.885.822	52.142.905
Câmbio Comprado a Liquidar	38.311.762	39.312.834
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(138.651)	(187.033)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	131.244	150.513
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	2.752	19.325
<b>Total</b>	<b>64.192.929</b>	<b>91.438.544</b>
<b>Passivo</b>		
Câmbio Vendido a Liquidar	34.822.053	57.128.318
Obrigações por Compra de Câmbio	29.117.239	34.057.723
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.380.642)	(6.310.254)
Outros	141	172
<b>Total</b>	<b>57.558.791</b>	<b>84.875.959</b>
<b>Contas de Compensação</b>		
Créditos Abertos para Importação	2.433.568	1.633.619
Créditos de Exportação Confirmados	288.822	2.067.409

**10. Outros Ativos Financeiros****10.a) Outros Ativos Financeiros**

	31/12/2021	Banco 31/12/2020
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	64.192.929	91.438.544
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	6.348.785	6.348.785
Relações Interfinanceiras	114.932.384	91.368.033
Relações Interdependências	-	724
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a)	471.385	51.583
<b>Total</b>	<b>185.945.483</b>	<b>186.878.913</b>

**10.b) Negociação e Intermediação de Valores**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.522.339	175.907
Caixas de Registro e Liquidação	3.170	2.002
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	718.223	197.542
Bolsas - Depósitos em Garantia	3.099.913	2.919.758
Outros (1)	1.005.140	724.822
<b>Total</b>	<b>6.348.785</b>	<b>4.020.029</b>
<b>Passivo</b>		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	3.247.435	314.985
Credores - Conta Liquidações Pendentes	337.717	292.891
Credores por Empréstimos de Ações	448.390	672.577
Caixas de Registro e Liquidação	330.159	19.270
Comissões e Corretagens a Pagar	3.685	5.005
Outros	326	5.042
<b>Total</b>	<b>4.367.712</b>	<b>1.309.770</b>

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

**11. Ativos e Passivos Fiscais****a) Ativos Fiscais Diferidos****a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos**

	Origens		Saldo em			Saldo em
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	Constituição (4)	Realização	31/12/2021
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	38.552.308	43.904.338	19.480.302	6.748.959	(9.192.140)	17.037.121
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	4.541.573	4.227.591	1.887.932	1.810.904	(1.669.495)	2.029.341
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	6.008.287	5.836.707	2.453.427	120.969	(47.226)	2.527.170

Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	5.797.922	5.550.456	2.489.238	898.837	(786.954)	2.601.121
Ágio	1.105.581	127.511	57.380	339.493	(8.958)	387.915
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	8.081.409	10.508.351	2.208.878	1.592.361	(2.238.706)	1.562.533
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	10.541.296	815.914	270.821	2.190.826	(55.554)	2.406.093
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	1.772.198	3.256.699	1.345.618	188.186	(754.459)	779.345
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.343.710	1.114.149	473.444	894.919	(796.638)	571.725
Outras Provisões Temporárias (3)	7.401.210	7.227.293	3.169.381	332.511	(137.047)	3.364.845
<b>Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>85.145.494</b>	<b>82.569.009</b>	<b>33.836.421</b>	<b>15.117.965</b>	<b>(15.687.177)</b>	<b>33.267.209</b>
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	10.178.148	12.289.902	5.646.337	1.051	(941.173)	4.706.215
Contribuição Social - MP 2.158/2001	-	-	175.158	3.131	(178.289)	-
<b>Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados</b>	<b>95.323.642</b>	<b>94.858.911</b>	<b>39.657.916</b>	<b>15.122.147</b>	<b>(16.806.639)</b>	<b>37.973.424</b>

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

(4) Inclui os efeitos da alteração da alíquota da CSLL para bancos de qualquer espécie, conforme (Nota 3.t)

Em 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$47.427 (31/12/2020 – R\$30.783) no Consolidado.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

## a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrados
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins		
2022	5.696.265	4.332.272	118.859	1.873.383	12.020.778
2023	5.993.011	4.536.059	118.859	1.782.861	12.430.790
2024	4.863.575	3.780.650	118.859	1.004.084	9.767.168
2025	1.029.046	785.955	118.794	38.811	1.972.606
2026	582.865	413.486	-	2.136	998.487
2027 a 2031	413.118	365.538	-	4.941	783.597
<b>Total</b>	<b>18.577.879</b>	<b>14.213.960</b>	<b>475.371</b>	<b>4.706.215</b>	<b>37.973.424</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

## a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 36.131.170 (31/12/2020 - R\$37.444.751), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

## b) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020
Passivos Tributários Diferidos	2.502.692	4.824.706
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	1.084.729	(109.142)
Impostos e Contribuições a Pagar	954.101	1.885.081
<b>Total</b>	<b>4.541.522</b>	<b>6.600.645</b>

**b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	Origens		Saldo em	Constituição	Realização	Saldo em
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020			31/12/2021
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	638.852	10.114.092	1.631.115	4.619.656	(6.090.540)	160.231
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa (1)	7.645.815	16.753.225	2.696.310	143.822	(978.798)	1.861.334
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.343.391	1.326.871	318.336	67.270	(49.978)	335.628
Outros	349.302	413.213	178.945	4.950	(38.396)	145.499
<b>Total</b>	<b>9.977.360</b>	<b>28.607.401</b>	<b>4.824.706</b>	<b>4.835.698</b>	<b>(7.157.712)</b>	<b>2.502.692</b>

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

**b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos**

Ano	Diferenças Temporárias			31/12/2021
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total Registrados
2022	408.506	215.176	50.068	673.750
2023	408.674	215.176	50.068	673.918
2024	293.097	215.176	50.068	558.341
2025	267.746	197.891	46.999	512.636
2026	26.320	4.967	-	31.287
2027 a 2031	29.476	23.284	-	52.760
<b>Total</b>	<b>1.433.819</b>	<b>871.670</b>	<b>197.203</b>	<b>2.502.692</b>

**c) Imposto de Renda e Contribuição Social**

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>23.304.278</b>	<b>8.286.569</b>
Participações no Lucro (1)	(1.959.846)	(1.772.048)
Resultado não Realizado	-	966
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>21.344.432</b>	<b>6.515.487</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 25%, Respectivamente (4)</b>	<b>(10.672.216)</b>	<b>(2.931.969)</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	835.995	507.950
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(217.597)	(65.642)
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	768.902	6.831.484
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	268.890	542.704
Juros sobre o Capital Próprio	1.677.992	1.513.688
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL (4)	933.998	130.477
Demais Ajustes CSLL 5% (3)	(17.564)	71.878
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	552.936	582.775
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(5.868.664)</b>	<b>7.183.345</b>
<b>Impostos Correntes</b>	<b>(3.940.845)</b>	<b>(1.070.585)</b>
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(3.940.845)	(1.070.585)
<b>Impostos Diferidos</b>	<b>(986.981)</b>	<b>2.847.722</b>
Constituição/realização no semestre sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	(986.981)	2.847.722
<b>Utilização de saldos iniciais de:</b>	<b>(941.173)</b>	<b>5.407.013</b>
Base negativa de Contribuição Social	(375.801)	2.403.117
Prejuízo Fiscal	(565.372)	3.003.896
<b>Constituição no semestre sobre:</b>	<b>335</b>	<b>(805)</b>
Base negativa de Contribuição Social	-	(358)
Prejuízo Fiscal	335	(447)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>(1.927.819)</b>	<b>8.253.930</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(5.868.664)</b>	<b>7.183.345</b>

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9% e 15%.

(4) Majoração da alíquota da CSLL, a partir de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

**Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo**

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não eram tributáveis, mas a partir de janeiro de 2021 passaram a ser tributáveis ou dedutíveis para fins de IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determina que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Em R\$ Milhões	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b>		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco na Agência de Cayman, Luxemburgo e EFC	3.862	16.792
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(6.374)	(30.375)
<b>Despesas Tributárias</b>		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS	275	312
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS	2.237	13.271

#### d) Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Despesa com Cofins	2.697.728	2.280.100
Despesa com ISS	780.165	732.209
Despesa com PIS	448.353	381.108
Outras	346.585	314.360

## 12. Outros Ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a) (2)		
Cartões de Crédito	38.589.527	31.736.625
Direitos Creditórios (1)	31.878.754	32.529.896
Devedores por Depósitos em Garantia		-
Para Interposição de Recursos Fiscais	7.170.921	7.358.940
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.740.173	2.089.858
Outros – Cíveis	1.324.414	1.372.318
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 20.i)	496	496
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	4.459.371	2.654.198
Pagamentos a Ressarcir	246.316	225.853
Adiantamentos Salariais/Outros	210.204	137.629
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29.a)	239.396	305.324
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a) (2)	551.756	622.564
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	74.713	23.382
Rendas a Receber	3.116.100	2.393.949
Outros Valores e Bens	1.679.777	2.081.566
Outros	4.375.561	3.828.497
<b>Total</b>	<b>95.657.480</b>	<b>87.361.095</b>

- (1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.
- (2) Os valores referentes a Títulos e Créditos a Receber e Devedores por Compras de Valores e Bens compõe o saldo da Carteira de Crédito conforme demonstrado na nota 8.a.

**13. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior****Dependências:****Agência Grand Cayman (Agência de Cayman)**

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

**Agência de Luxemburgo**

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação. A abertura da agência foi autorizada pelo Ministro das Finanças de Luxemburgo, em 5 de março de 2018. Em 3 de abril de 2018, após a redução do capital da Agência de Cayman no valor equivalente, foi alocado o valor de US\$1 bilhão ao capital social destacado da agência de Luxemburgo.

**Subsidiária:**

O Banco Santander detinha uma subsidiária na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.). O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Os custos de dissolução foram de R\$ (35.574), pagos integralmente com o capital remanescente da entidade em janeiro de 2021.

Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

As posições financeiras resumidas das dependências e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman(3)		Agência de Luxemburgo(3)		Santander Brasil EFC (3)	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>	158.796.211	<b>160.340.976</b>	<b>81.914.595</b>	<b>37.555.040</b>	-	<b>1.303</b>
<b>Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	158.796.179	<b>160.340.976</b>	<b>81.914.414</b>	<b>37.554.771</b>	-	<b>1.303</b>
Disponibilidades	9.127.129	10.992.918	1.630.327	1.116.505	-	1.253
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	26.583.540	38.123.942	13.138.145	8.542.030	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	89.178.436	77.537.745	14.433.434	1.872.724	-	-
Operações de Crédito (1)	18.271.074	21.216.364	46.639.821	24.813.536	-	-
Carteira de Câmbio	11.128.060	6.800.895	5.473.283	884.473	-	-
Outros	4.507.940	5.669.112	599.404	325.503	-	50
<b>Ativo Permanente</b>	<b>32</b>	-	<b>181</b>	<b>269</b>	-	-
<b>Passivo</b>	<b>158.796.211</b>	<b>160.340.976</b>	<b>81.914.595</b>	<b>37.555.040</b>	-	<b>1.303</b>
<b>Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>120.638.194</b>	<b>108.823.123</b>	<b>74.024.804</b>	<b>30.939.233</b>	-	<b>18</b>
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	30.505.351	31.461.468	7.973.185	4.161.763	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	20.395.593	19.454.058	36.365.115	10.784.221	-	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	14.088.607	13.119.659	-	-	-	-
Obrigações por Empréstimos (2)	31.320.740	26.090.092	23.239.576	14.070.809	-	-
Carteira de Câmbio	11.050.587	6.869.559	5.480.439	908.932	-	-
Outros	13.277.316	11.828.287	966.489	1.013.508	-	18
<b>Resultados de Exercícios Futuros</b>	<b>30.309</b>	<b>171</b>	<b>11.693</b>	<b>13.339</b>	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>38.127.708</b>	<b>51.517.682</b>	<b>7.878.098</b>	<b>6.602.468</b>	-	<b>1.285</b>

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado do Período	2.206.018	2.933.240	715.212	804.660	-	(14.762)

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) A moeda funcional é o Real.

## 14. Participações em Controladas e Coligadas

### a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			31/12/2021	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidado	
<b>Controladas do Banco Santander</b>						
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros)	Outras	7.184	-	100,00%	100,00%	
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	23.538.159	-	100,00%	100,00%	
Santander Holding Imobiliária S.A.	Holding	558.601	-	100,00%	100,00%	
Rojo Entretenimento S.A.	Outras	7.417	-	94,60%	94,60%	
BEN Benefícios e Serviços S.A.	Outras	90.000	-	100,00%	100,00%	
Esfera Fidelidade S.A.	Outras	10.001	-	100,00%	100,00%	
SX Negócios LTDA.	Outras	75.050	-	100,00%	100,00%	
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras	30.988	-	100,00%	100,00%	
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda.	Tecnologia	196.979	-	100,00%	100,00%	
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	Outras	348	-	100,00%	100,00%	
<b>Controlada da Aymoré CFI</b>						
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Outras	328	-	0,00%	80,00%	
<b>Controladas da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.</b>						
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	200	-	0,00%	100,00%	
Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	250	-	0,00%	100,00%	
<b>Controladas da Getnet S.A.</b>						
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras	3.865	-	0,00%	100,00%	
Eyemobile Tecnologia S.A.	Outras	1.007	-	0,00%	44,52%	
<b>Controlada da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda.</b>						
Toro Investimentos S.A.	Corretora	98.400	-	0,00%	100,00%	
<b>Controladas em Conjunto do Banco Santander</b>						
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. (EBP)	Outras	5.076	1.736	11,11%	11,11%	
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito)	Birô de Crédito	5.090	4.809	19,45%	19,45%	
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	Outras	255	-	25,32%	25,32%	
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	Outras	381	-	80,00%	80,00%	

## b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
					01/01 a	
					31/12/2021	31/12/2020
<b>Controladas do Banco Santander</b>						
Santander Corretora de Seguros	4.604.407	1.048.878	4.609.417	3.575.295	1.048.878	570.340
Sancap	992.882	248.077	992.882	1.041.810	248.077	232.230
Santander Holding Imobiliária S.A.	457.083	9.021	457.083	385.146	9.021	3.302
Santander Brasil Tecnologia S.A.	204.295	15.882	205.744	186.176	15.882	56.580
Rojo Entretenimento S.A.	128.507	(2.733)	121.568	124.154	(2.585)	(2.781)
BEN Benefícios	-	-	-	71.253	-	(1.213)
Esfera Fidelidade S.A.	719.417	355.873	719.417	366.926	355.873	266.115
SX Negócios Ltda.	74.217	11.064	74.217	63.152	11.064	(6.947)
Sanb Promotora De Vendas e Cobrança Ltda.	14.187	(6.234)	14.187	-	(6.234)	-
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.	25.208	15.109	25.208	-	15.109	-
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda.	18.833	3.000	18.833	-	3.078	-
<b>Controladas em Conjunto do Banco Santander</b>						
Norchem Participações	-	-	-	-	-	(33)
EBP	11.321	(136)	1.258	1.273	(15)	9
Gestora de Crédito	67.611	(72.097)	13.522	28.680	(14.419)	(19.062)
GIRA, Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	15.547	7.843	12.438	-	4.276	-
Santander Brasil EFC (1)	-	-	-	-	(35.574)	-
Campo Grande Empreendimentos Ltda.	-	-	255	255	-	-
<b>Coligada do Banco Santander</b>						
Norchem Holdings	-	-	-	-	-	(33)
<b>Controladas da Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A.</b>						
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	19.167	24.713	19.167	18.484	24.713	21.059
LIDERANÇA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM COBRANÇAS LTDA.	6.737	10.018	7.355	-	10.018	-
<b>Controladas da Getnet S.A.</b>						
Auttar HUT	35.018	7.279	35.018	27.739	7.279	6.301
Eyemobile Tecnologia S.A.	9.758	(668)	5.855	-	(400)	-
<b>Controladas da Toro Corretora de Títulos de Valores Mobiliários Ltda</b>						
Toro Investimentos S.A.	20.689	(7.934)	20.689	-	(7.934)	-
<b>Controladas da Aymoré CFI</b>						
SOLUTION 4FLEET CONSULTORIA EMPRESARIAL S.A.	14.503	(2.677)	11.602	-	(2.142)	-
<b>Outras</b>						
Ágio na Aquisição de 100% da Santander Brasil Tecnologia S.A.	-	-	-	(56.401)	-	(13.737)
Outras	-	-	3	5.010	(11.975)	16.648
<b>Total</b>	<b>7.439.387</b>	<b>1.664.278</b>	<b>7.365.718</b>	<b>5.838.952</b>	<b>1.671.990</b>	<b>1.128.778</b>

(1) Resultado remanescente oriundos de gastos com encerramento da entidade vide nota 13.

**15. Imobilizado de Uso****a) Imobilizado de Uso**

	Custo	Depreciação	31/12/2021 Residual	31/12/2020 Residual
<b>Imóveis de Uso</b>	<b>2.472.518</b>	<b>(916.193)</b>	<b>1.556.325</b>	<b>1.605.018</b>
Terrenos	643.538	-	643.538	643.415
Edificações	1.828.980	(916.193)	912.787	961.603
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>15.088.427</b>	<b>(9.935.436)</b>	<b>5.152.991</b>	<b>5.127.800</b>
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	5.367.464	(3.297.011)	2.070.453	2.147.423
Sistemas de Processamento de Dados	2.737.740	(1.160.028)	1.577.712	1.320.620
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	4.446.894	(3.203.931)	1.242.963	1.367.525
Sistemas de Segurança e Comunicações	2.231.075	(2.025.016)	206.059	239.458
Outras	305.254	(249.450)	55.804	52.774
<b>Total</b>	<b>17.560.945</b>	<b>(10.851.629)</b>	<b>6.709.316</b>	<b>6.732.818</b>

**16. Intangível**

	Custo	Amortização	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
<b>Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas</b>	<b>29.277.632</b>	<b>(27.599.921)</b>	<b>1.677.711</b>	<b>2.276.285</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>12.379.838</b>	<b>(7.253.899)</b>	<b>5.125.939</b>	<b>4.726.933</b>
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	7.462.511	(4.406.255)	3.056.256	2.364.881
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.980.497	(2.187.569)	1.792.928	1.964.766
Outros	936.830	(660.075)	276.755	397.286
<b>Total</b>	<b>41.657.470</b>	<b>(34.853.820)</b>	<b>6.803.650</b>	<b>7.003.218</b>

**17. Captações****a) Abertura de contas Patrimoniais**

					31/12/2021	31/12/2020
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<b>Depósitos</b>	<b>105.387.759</b>	<b>104.280.986</b>	<b>87.809.713</b>	<b>105.332.878</b>	<b>402.811.336</b>	<b>389.712.037</b>
Depósitos à Vista	40.099.054	-	-	-	40.099.054	41.844.674
Depósitos de Poupança	65.220.066	-	-	-	65.220.066	63.306.504
Depósitos Interfinanceiros	-	1.934.519	1.157.806	909.026	4.001.351	4.580.089
Depósitos a Prazo (1)	68.639	102.346.467	86.445.013	104.423.852	293.283.971	279.800.736
Outros Depósitos	-	-	206.894	-	206.894	180.034
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>-</b>	<b>76.387.875</b>	<b>3.985.257</b>	<b>15.715.553</b>	<b>96.088.685</b>	<b>155.137.683</b>
Carteira Própria	-	70.828.161	801.417	3.074	71.632.652	96.853.946
Títulos Públicos	-	57.472.721	681.800	-	58.154.521	86.059.026
Títulos de Emissão Própria	-	-	-	-	-	824
Outros	-	13.355.440	119.617	3.074	13.478.131	10.794.096
Carteira de Terceiros	-	5.559.714	-	-	5.559.714	6.283.007
Carteira de Livre Movimentação	-	-	3.183.840	15.712.479	18.896.319	52.000.730
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>-</b>	<b>7.313.586</b>	<b>20.267.894</b>	<b>67.799.380</b>	<b>95.380.860</b>	<b>70.627.767</b>
Recursos de Aceites Cambiais	-	58.891	276.261	1.026.292	1.361.444	1.175.794
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	6.870.272	15.947.164	54.352.001	77.169.437	57.668.252
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	2.642.155	6.038.317	20.243.698	28.924.170	25.710.531
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	1.693.295	5.822.800	9.473.339	16.989.434	14.746.831
Letras Financeiras - LF (3)(5)	-	2.372.943	3.570.254	22.782.606	28.725.803	16.077.534
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	161.879	515.793	1.852.358	2.530.030	1.133.356
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	-	2.955.656	9.996.412	12.952.068	9.399.277
Certificados de Operações Estruturadas	-	384.423	1.088.813	2.424.675	3.897.911	2.384.444
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>-</b>	<b>31.668.227</b>	<b>48.778.637</b>	<b>11.173.187</b>	<b>91.620.051</b>	<b>67.759.950</b>
Obrigações por Empréstimos no País	-	-	-	-	-	39.799
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	29.663.924	46.395.926	3.707.117	79.766.967	54.971.763
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	28.766.804	35.447.541	1.850.860	66.065.205	54.971.763
Outras Linhas de Crédito	-	897.120	10.948.385	1.856.257	13.701.762	-
Obrigações por Repasses do País	-	2.004.303	2.382.711	7.466.070	11.853.084	12.748.388
<b>Total</b>	<b>105.387.759</b>	<b>219.650.674</b>	<b>160.841.501</b>	<b>200.020.998</b>	<b>685.900.932</b>	<b>683.237.437</b>

- (1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.
- (2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de Dezembro de 2021 possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2028.
- (3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2021 possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2031.
- (4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos Imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de Dezembro de 2021, possuem prazo de vencimento entre 2022 e 2035 (31/12/2020 - com prazo de vencimento entre 2021 e 2023).
- (5) Captação feita no âmbito da linha Compulsória Especial de Liquidez nos termos da Resolução 4.795/20.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2024 (31/12/2020 - até o ano de 2024) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,25% a 1,34% a.a. (31/12/2020 - de 0,35% a.a. a 4,3% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	31/12/2021	31/12/2020
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4% a 10,0%	-	853.929,00
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%	-	1.625.192,00
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%	-	1.720.186,00
Eurobonds	2018	2025	USD	4,40%	117.150	-
Eurobonds	2018	2025	USD	0% a 4,4%	771.300	14.469,00
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI + 6,4%	-	1.279.507,00
Eurobonds	2019	2025	USD	0% a 4,4%	225.533	170.257,00
Eurobonds	2019	2026	USD	4,40%	75.716	3.252.485,00
Eurobonds	2019	2027	USD	0% a 4,4%	632.831	121.925,00
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4%	-	16.923,00
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI + 1,9%	-	223.435,00
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI + 1,9%	-	98.082,00
Eurobonds	2020	2022	USD	4,40%	306.253	22.887,00
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 4,4%	455.666	-
Eurobonds	2020	2025	USD	0% a 4,4%	46.655	-
Eurobonds	2021	2022	USD	0% a 4,4%	2.005.534	-
Eurobonds	2021	2022	USD	Até 9%	41.749	-
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI+1,9%	205.624	-
Eurobonds	2021	2022	USD	CDI + 2,65%	181.116	-
Eurobonds	2021	2023	USD	0% a 4,4%	408.824	-
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI+1,9%	157.370	-
Eurobonds	2021	2023	USD	CDI + 2,65%	5.316	-
Eurobonds	2021	2024	USD	0% a 4,4%	246.192	-
Eurobonds	2021	2025	USD	0% a 4,4%	593.036	-
Eurobonds	2021	2026	USD	0% a 4,4%	3.890.578	-
Eurobonds	2021	2026	USD	CDI + 2,65%	210.639	-
Eurobonds	2021	2027	USD	0% a 4,4%	101.029	-
Eurobonds	2021	2028	USD	Até 9%	30.126	-

Eurobonds	2021	2028	USD	CDI+6,4%	26.018	-
Eurobonds	2021	2031	USD	0% a 4,4%	2.217.811	-
<b>Total</b>					<b>12.952.066</b>	<b>9.399.277</b>

**b) Abertura de contas de resultado**

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Depósitos a Prazo (1) (2)	9.866.744	7.051.842
Depósitos de Poupança	2.059.346	1.389.356
Depósitos Interfinanceiros	291.447	244.566
Captação no Mercado Aberto	5.482.435	6.861.642
Outras (3)	16.794.577	30.186.074
<b>Total</b>	<b>34.494.549</b>	<b>45.733.480</b>

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$ 885.718 (2020 - R\$ 909.392), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 18.b).

(2) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$ 1.528.068 no Banco e no Consolidado (2020 - despesa de variação cambial no valor de R\$ 9.586 no Banco e no Consolidado).

(3) Em 31 de Dezembro de 2021 inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 9.161.115 no Banco e no Consolidado (2020 - Despesa de variação cambial no valor de R\$22.189.857).

**18. Outros Passivos Financeiros****a) Outros Passivos Financeiros**

	31/12/2021	Banco 31/12/2020
	Total	Total
Carteira de Câmbio (Nota 9)	57.558.791	84.875.959
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	4.367.712	4.367.712
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 18.b)	19.641.408	13.119.660
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	248.306	97.463
Relações Interfinanceiras	3.652.699	576.558
Relações Interdependências	5.425.924	4.831.517
<b>Total</b>	<b>90.894.840</b>	<b>104.810.927</b>

**b) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital**

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) (1)	31/12/2021	31/12/2020
					Total	Total
Notes - Nível I (1)	nov-18	sem prazo (perpétuo)	US\$1.250	7,250%	7.050.080	6.554.451
Notes - Nível II (1)	nov-18	nov-28	US\$1.250	6,125%	7.038.527	6.565.209
Letras Financeiras - Nível II (2)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	5.351.201	-
Letras Financeiras - Nível II (2)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	201.600	-
<b>Total</b>					<b>19.641.408</b>	<b>13.119.660</b>

(1) Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2021.

(2) As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

As Notes possuem as seguintes características comuns:

(a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;

(b) As Notes poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notes, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notes; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

**19. Outros Passivos**

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações com Cartões de Crédito	59.109.651	44.680.598
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	6.712.267	6.601.550
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	5.221.361	6.179.461
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 19.a)	324.727	255.179
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 29)	2.699.903	3.887.144
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	22.307	28.538
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 20.i)	496	496
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.957.363	1.888.645
Despesas Administrativas	313.305	578.670
Outros Pagamentos	182.982	470.925
Credores por Recursos a Liberar	1.485.921	2.356.760
Sociais e Estatutárias	1.765.187	1.594.927
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	619.570	637.907
Fornecedores	1.202.667	950.600
Outras (1)	16.194.404	14.613.809
<b>Total</b>	<b>97.812.111</b>	<b>84.725.209</b>

(1) Inclui impactos da variação cambial referentes a Notes.

**a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas**

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (*bureaus*), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de inadimplência. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 2.682/1999. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo Garantias Prestadas	Provisão	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	6.244.755	28.506	1.813.620	4.121
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	6.796.175	4.198	5.602.995	5.403
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.698.518	2.442	1.361.792	1.846
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	11.823.964	243.235	12.082.480	175.443
Outros Avais	2.748.497	1.897	335.281	1.689
Outras Fianças Bancárias	19.525.773	36.489	16.532.462	33.055
Outras Garantias Financeiras Prestadas	88.388	7.960	5.047.032	33.622
<b>Total</b>	<b>48.926.070</b>	<b>324.727</b>	<b>42.775.662</b>	<b>255.179</b>

**Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldo Inicial</b>	<b>255.179</b>	<b>166.105</b>
Constituição (Nota 30)	95.431	99.035
Reversão (1) (Nota 30)	(25.883)	(9.961)
<b>Saldo</b>	<b>324.727</b>	<b>255.179</b>

(1) Corresponde a fianças honradas, mudança de rating ou provisão constituída na linha de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

**20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias****a) Ativos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de dezembro de 2020, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3).

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 21)</b>	<b>6.712.267</b>	<b>6.601.550</b>
<b>Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)</b>	<b>5.221.362</b>	<b>6.179.462</b>
Ações Trabalhistas	1.976.897	2.749.815
Ações Cíveis	3.244.465	3.429.647
<b>Total</b>	<b>11.933.629</b>	<b>12.781.012</b>

### c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 31/12/2021			01/01 a 31/12/2020		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>6.601.550</b>	<b>2.749.815</b>	<b>3.429.646</b>	<b>6.547.191</b>	<b>3.356.130</b>	<b>3.209.066</b>
Constituição Líquida de Reversão (1) (3)	106.705	828.359	606.696	48.958	966.350	804.641
Atualização Monetária	155.115	99.940	413.570	131.102	29.334	198.134
Baixas por Pagamento	(151.103)	(1.701.217)	(1.205.447)	(125.701)	(1.601.999)	(782.194)
<b>Saldo Final</b>	<b>6.712.267</b>	<b>1.976.897</b>	<b>3.244.465</b>	<b>6.601.550</b>	<b>2.749.815</b>	<b>3.429.647</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.547.729	717.963	705.412	2.777.872	815.127	677.444
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	4.177	3.810	1.330	5.737	3.191	826
<b>Total dos Depósitos em Garantia (2)</b>	<b>2.551.906</b>	<b>721.773</b>	<b>706.742</b>	<b>2.783.609</b>	<b>818.318</b>	<b>678.270</b>

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão e não contemplam os depósitos em garantia relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

(3) No primeiro exercício de 2020, o Banco efetuou um acordo com um ex-controlador onde as obrigações registradas passaram a ser de responsabilidade do Banco, não havendo impacto em resultado (Notas 19 e 20.i).

### d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

### e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

#### Principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias

**PIS e COFINS** - R\$ 4.086.859 (31/12/2020 - R\$4.012.981): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à COFINS. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à COFINS está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da COFINS das demais empresas controladas.

#### Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

**Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes** - R\$ 945.715 (31/12/2020 - R\$924.457): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com

decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação foi sentenciada improcedente e, atualmente, aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal (TRF 3). Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

**Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)** - R\$ 53.936 (31/12/2020 - R\$51.402): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

**Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - R\$ 283.270 (31/12/2020 - R\$262.964): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na nota 20.h.

#### f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**Ex-Empregados do Banespa.** Ação distribuída em 1998 pela Associação de Aposentados do Banespa (AFABESP) requerendo o pagamento de gratificação semestral prevista no regulamento do Banco Banespa para aproximadamente 8.400 ex-empregados (aposentados), segundo o qual o pagamento se dará na hipótese de o Banco obter lucro e a distribuição deste lucro for aprovada pelo conselho de administração. O bônus não foi pago em 1994 e 1995 porque o banco Banespa não obteve lucro durante estes anos. Pagamentos parciais foram feitos entre 1996 a 2000 conforme aprovação do conselho de administração. A mencionada cláusula foi excluída do regulamento em 2001. O Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal Superior do Trabalho condenaram o Santander Brasil, como sucessor do Banespa, a pagar a gratificação semestral referente ao período de 1996. Em 20 de março de 2019, uma decisão do Tribunal de Justiça Federal (Supremo Tribunal Federal, ou "STF") rejeitou o recurso extraordinário interposto pelo Banco Santander. Intitulamos ação rescisória para reverter a decisão do processo principal e suspender a execução processual. A ação rescisória foi julgada improcedente em 2020, posteriormente, será interposto em fevereiro de 2021, recurso de extraordinário ao STF. Nossos consultores jurídicos classificaram o risco de perda como provável. A atual decisão do tribunal não define um valor específico a ser pago pelos réus (isso só seria determinado quando a decisão final fosse proferida e o processo de execução iniciado, o que não ocorreu até o presente momento)

Em 31 de dezembro de 2020, o caso está classificado com probabilidade de perda provável e a provisão foi constituída com base na estimativa de perda.

#### g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

**Ações de Caráter Indenizatório** - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

**Planos Econômicos** - referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou encontrem-se em execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos. A homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

#### **h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível**

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 29.842 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

**INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR)** - o Banco e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$ 7.327 milhões.

**Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras** - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$ 4.123 milhões.

**Compensação Não Homologada** - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$ 5.318 milhões.

**Amortização do Ágio do Banco Real** - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$ 1.466 milhões.

**Perdas em Operações de Crédito** - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$ 1.168 milhões.

**Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL** - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$ 1.093 milhões.

**Amortização do Ágio do Banco Sudameris** - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$ 659 milhões.

**IRPJ e CSLL - Ganho de Capital** - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2021, o valor era de aproximadamente R\$ 496 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 263 milhões no Consolidado, excluindo o processo abaixo:

**Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPMI** - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPMI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$2.434 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

**Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe** - relacionada ao contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia** - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

**Ação Oriunda de Disputa Contratual** - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

#### **i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores**

Referem-se a ações de natureza cível no montante de R\$496 (31/12/2020 – R\$496) no Banco e no Consolidado, registrados em outros passivos (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados,

estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros ativos (Nota 12).

## 21. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2021 foi aprovado no contexto da Cisão parcial do Santander Brasil, que resultou na segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a Getnet, a redução do capital social do Santander Brasil no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31/12/2021			Em Milhares de Ações 31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	109.718	135.345	245.063	109.885	135.438	245.323
De Domiciliados no Exterior	3.708.977	3.544.491	7.253.468	3.708.810	3.544.398	7.253.208
<b>Total</b>	<b>3.818.695</b>	<b>3.679.836</b>	<b>7.498.531</b>	<b>3.818.695</b>	<b>3.679.836</b>	<b>7.498.531</b>
(-) Ações em Tesouraria	(15.755)	(15.755)	(31.510)	(18.829)	(18.829)	(37.658)
<b>Total em Circulação</b>	<b>3.802.940</b>	<b>3.664.081</b>	<b>7.467.021</b>	<b>3.799.866</b>	<b>3.661.007</b>	<b>7.460.873</b>

### b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN N° 4.885, de 23 de dezembro de 2020, vedou que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil remunerar o capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei n° 6.404/76; ou ii) dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei n° 6.404/76, inclusive sob forma de Juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também vedou a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Em milhares de Reais	31/12/2021					
		Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto		Unit	Líquido		Unit
	Ordinárias	Preferenciais		Ordinárias	Preferenciais		
Dividendos (1)(5)	3.000.000	382,9809	421,2789	804,2597	382,9809	421,2789	804,2597
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	3.400.000	434,0449	477,4494	911,4944	368,9382	405,8320	774,7702

Dividendos (3)(5)	3.000.000	382,9809	421,2789	804,2597	382,9809	421,2789	804,2597
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	249.000	31,7868	34,9655	66,7524	27,0188	29,7207	56,7395
<b>Total</b>	<b>9.649.000</b>						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2021, pagos no dia 02 de junho de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021, pagos no dia 03 de setembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2021, pagos no dia 03 de dezembro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2021, que serão pagos a partir do dia 03 de fevereiro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2021.

31/12/2020

	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(5)	890.000	113,7129	125,0842	238,7972	96,6560	106,3216	202,9776
Juros sobre o Capital Próprio (2)(5)	770.000	98,3793	108,2172	206,5965	83,6224	91,9846	175,6070
Juros sobre o Capital Próprio (3)(5)	1.000.000	127,7636	140,5400	268,3036	108,5991	119,4590	228,0580
Juros sobre o Capital Próprio (4)(5)	665.000	84,9626	93,4589	178,4214	72,2182	79,4400	151,6582
Dividendos (6)(5)	512.087	65,4257	71,9683	137,3940	65,4257	71,9683	137,3940
<b>Total</b>	<b>3.837.087</b>						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos a partir de 1º de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

(6) Deliberados pelo Conselho de Administração em 02 de fevereiro de 2021, pagos no dia 03 de março de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

### c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

#### Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

#### Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágio por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

#### Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

### d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

	<b>Banco/Consolidado</b>	
	<b>Em Milhares de Ações</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
	<b>Quantidade</b>	<b>Quantidade</b>
	<b>Units</b>	<b>Units</b>
<b>Ações em Tesouraria no Início do Exercício</b>	<b>18.829</b>	<b>16.702</b>
Aquisições de Ações	91	5.052
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(3.165)	(2.925)
<b>Ações em Tesouraria no Final do Período</b>	<b>15.755</b>	<b>18.829</b>
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 711.268	R\$ 789.587
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 1.771	R\$ 1.771
<b>Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais</b>	<b>R\$ 713.039</b>	<b>R\$ 791.358</b>
<b>Custo/Cotação da Ação</b>	<b>Units</b>	<b>Units</b>
Custo Mínimo (*)	7,55	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	33,86	33,24
Custo Máximo (*)	49,55	49,55
Cotação da Ação	29,98	44,83

(\*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

## e) Participação dos Acionistas Minoritários

	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>Resultado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>01/01 a 31/12/2021</b>	<b>01/01 a 31/12/2020</b>
Banco RCI Brasil S.A.	916.393	848.833	94.649	108.580
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	177.880	162.010	15.905	13.536
Banco PSA	129.975	136.806	13.375	12.308
Santander Leasing	-	453	-	(877)
Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA	22.948	-	(4.402)	-
Outros	(58)	-	-	432
<b>Total</b>	<b>1.247.138</b>	<b>1.148.102</b>	<b>119.527</b>	<b>133.979</b>

## 22. Partes Relacionadas

### a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2021 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2021, no montante de até R\$433.940 (quatrocentos e trinta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2021.

#### a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

#### a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Remuneração Fixa	95.114	89.049
Remuneração variável - Em espécie	93.698	81.902
Remuneração variável - Em ações	95.296	80.250
Outras	68.050	48.335
<b>Total Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>352.158</b>	<b>299.535</b>
Remuneração variável - Em espécie	101.987	97.244
Remuneração variável - Em ações	109.748	96.586
<b>Total Benefícios de Longo Prazo</b>	<b>211.736</b>	<b>193.830</b>
<b>Total</b>	<b>563.895</b>	<b>493.365</b>

(\*) A tabela inclui saldo de remuneração variável diferida de exercícios anteriores, devidamente contabilizados nos respectivos anos de competência

Adicionalmente, no exercício de 2021, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 31.871 (2020 - R\$29.354).

#### b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

#### c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

#### d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Ações				Em Milhares de Ações 31/12/2021	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,9%	3.167.754	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1%	-	0,0%	2.696	0,0%
Administradores (*)	4.939	0,1%	5.029	0,1%	9.968	0,1%
Outros	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%
<b>Total em Circulação</b>	<b>3.802.939</b>	<b>99,6%</b>	<b>3.664.080</b>	<b>99,6%</b>	<b>7.467.019</b>	<b>99,6%</b>
Ações em Tesouraria	15.755	0,4%	15.755	0,4%	31.510	0,4%
<b>Total</b>	<b>3.818.694</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.679.835</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.498.529</b>	<b>100,0%</b>
"Free Float" (2)	357.830	9,4%	385.544	10,5%	743.374	9,9%

Em Milhares de  
Ações  
31/12/2020

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Ações Preferenciais	
	Ordinárias	Ordinárias (%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,3%
GES (1)	1.627.891	42,6%	1.539.863	41,8%	3.167.755	42,2%
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,07%	-	0,0%	2.696	0,0%
Funcionários	2.046	0,05%	2.046	0,06%	4.092	0,1%
Administradores (*)	4.034	0,11%	4.034	0,11%	8.067	0,1%
Outros	353.616	9,3%	381.420	10,4%	735.036	9,8%
<b>Total em Circulação</b>	<b>3.799.866</b>	<b>99,5%</b>	<b>3.661.007</b>	<b>99,5%</b>	<b>7.460.873</b>	<b>99,5%</b>
Ações em Tesouraria	18.829	0,5%	18.829	0,5%	37.658	0,5%
<b>Total</b>	<b>3.818.695</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.679.836</b>	<b>100,0%</b>	<b>7.498.531</b>	<b>100,0%</b>
"Free Float" (2)	355.662	9,3%	383.466	10,4%	739.128	9,9%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(\*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

### e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
<b>Disponibilidades</b>	<b>10.227.188</b>	-	<b>12.986.899</b>	-
Banco Santander Espanha (1)	1.479.611	-	2.549.332	-
Santander Bank, National Association	8.553.484	-	10.315.450	-
Banco Santander Totta, S.A.	950	-	1.250	-
Diversos	193.143	-	120.867	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	-	<b>6.237</b>	-	<b>8.469</b>
Banco Santander Espanha (1)	-	6.237	-	8.469
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>	<b>(2.777.638)</b>	<b>(1.708.477)</b>	<b>(1.103.558)</b>	<b>(620.890)</b>
Fundo de Investimento Santillana (3)	107.223	(3.666)	(130.038)	(345.874)
Banco Santander Espanha (1)	(2.884.861)	(1.704.913)	(973.520)	(275.393)
Pessoal Chave da Administração	-	102	-	377
<b>Operações de Crédito</b>	<b>375.681</b>	<b>1.674</b>	<b>98.522</b>	<b>1.107</b>
Gestora de Inteligência de Crédito	67.511	-	66.667	-
Loop Gestão de Pátios S.A.	9.861	-	11.966	-
Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.	276.749	-	-	-
Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda	1.527	-	-	-
Pessoal Chave da Administração	20.033	1.674	19.889	1.107
<b>Dividendos e Bonificações a Receber</b>	<b>20.260</b>	-	<b>31.819</b>	-
Sancap Investimentos e Participações S.A. (2)	2.799	-	2.724	-
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	3.772	-	13.438	-
Santander Corretora de Seguros (2)	9.964	-	5.459	-
Santander Holding Imobiliária, S.A.	86	-	4	-
Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A.	-	-	5.138	-
Esfera Fidelidade S.A.	3.381	-	5.056	-
Pessoal Chave da Administração	258	-	-	-
<b>Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>531.612</b>	<b>1.323</b>	<b>342.974</b>	<b>93.095</b>
Banco Santander Espanha (1)	531.612	1.323	342.974	93.095
<b>Carteira de Câmbio – Líquida</b>	<b>(159.043)</b>	<b>50.078</b>	<b>(353.445)</b>	<b>669.798</b>
Banco Santander Espanha (1)	(159.043)	49.765	(353.445)	669.618

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
Pessoal Chave da Administração	-	313	-	180
<b>Rendas a Receber</b>	-	<b>1.973.435</b>	<b>915.137</b>	<b>231.960</b>
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	1.973.429	858.055	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (5)	-	-	57.082	231.960
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda.	-	6	-	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>10.138</b>	<b>64.619</b>	<b>10.249</b>	<b>51.860</b>
Santander Corretora de Seguros (2)	-	46.780	-	33.599
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3)	169	4.185	169	6.558
Esfera Fidelidade S.A.	2.109	3.880	4.757	3.080
Banco Santander Espanha (1)	4.516	-	4.516	-
Pagonxt Merchant Soluções Tecnológicas Brasil (3)	-	-	-	4
SX Negócios (2)	210	2.702	262	2.574
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	978	-	978
Diversos	3.134	6.094	545	5.067
<b>Resultado não operacional</b>	-	-	-	<b>168.588</b>
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	-	168.588
<b>Outros Créditos – Diversos</b>	<b>2.895.477</b>	<b>118.680</b>	<b>1.494.272</b>	<b>225.102</b>
Banco Santander Espanha (1)	1.923.657	-	1.486.341	(35)
Santander Capitalização S.A. (2)	5.311	71.317	4.416	175.657
Banco Santander International (3)	-	43.375	-	45.261
Pagonxt Merchant Soluções Tecnológicas Brasil (3)	406	-	45	-
Pessoal Chave da Administração	1	357	-	278
Diversos	966.102	3.631	3.470	3.941
<b>Depósitos</b>	<b>(463.286)</b>	<b>(8.715)</b>	<b>(405.646)</b>	<b>(8.467)</b>
Banco Santander Espanha (1)	(10.995)	-	(55.059)	-
BEN Benefícios e Serviços S.A.	(4)	-	-	-
SANB Promotora de Vendas e Cobrança Ltda	(12.384)	(77)	(8.629)	(138)
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.	(16)	-	(68)	(164)
Fundação Santander	-	-	(280)	-
Fundação Sudameris	-	-	(717)	-
Evidence Previdência S.A.	(229)	-	(104)	-
SX Negócios (2)	(1.887)	-	(1.732)	-
Pagonxt Merchant Soluções Tecnológicas Brasil (3)	-	-	(713)	-
Auttar Hut Processamento de Dados Ltda.	(876)	-	(689)	-
TECBAN - Tecnologia Bancaria Brasil	(186.102)	(1.487)	(458)	(5)
Fundo de Investimento Santillana (3)	(15)	-	(44)	-
Gestora de Inteligência de Crédito(5)	(36.097)	(2.354)	(149.257)	(1.039)
Rojo Entretenimento S.A.	-	(2)	(66)	(153)
Sancap Investimentos e Participações S.A. (2)	(5)	(2)	(100)	(2)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3)	(44.141)	(1.159)	(335)	(5.664)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	(86)	-	(780)	(53)
Santander Capitalização S.A.	(17.364)	-	(13.037)	-
Santander Corretora de Seguros (2)	-	(72)	(3.451)	(53)
Webmotors S.A	(3.744)	(233)	(1.411)	(2)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	(63.864)	-	(64.836)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (5)	(9.379)	-	(6.443)	-
Pessoal Chave da Administração	28.468	(1.427)	(36.705)	(823)
Diversos	(104.566)	(1.902)	(60.732)	(371)
<b>Operações Compromissadas</b>	<b>(1.927.424)</b>	<b>(54.953)</b>	<b>(2.749.079)</b>	<b>(70.827)</b>
BEN Benefícios e Serviços S.A.	-	-	(101.978)	(2.613)
Esfera Fidelidade S.A.	(681.800)	(24.751)	(249.843)	(12.098)

	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2021	01/01 a 31/12/2021	31/12/2020	01/01 a 31/12/2020
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.	-	-	(211.154)	(5.292)
Fundo de Investimento Santillana (3)	(1.241.109)	(30.024)	(2.186.104)	(50.815)
Loop Gestão de Pátios S.A.	(4.515)	(9)	-	-
Apolo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	-	(164)	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	(5)	-	(9)
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>128.593</b>	<b>(6.182)</b>	<b>(117.368)</b>	<b>(3.825)</b>
Pessoal Chave da Administração	128.593	(6.182)	(117.368)	(3.825)
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>(11.167.495)</b>	<b>(122.318)</b>	<b>(10.401.564)</b>	<b>(55.686)</b>
Banco Santander Espanha (1)	(11.167.495)	(122.318)	(10.401.564)	(55.686)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(564.786)</b>	-	<b>(511.612)</b>	<b>(10.185)</b>
Banco Santander Espanha (1)	(73)	-	(195)	-
Sterrebeeck B.V. (1)	(100.418)	-	(268.406)	-
GES (1) (3)	(464.295)	-	(239.890)	-
Pessoal Chave da Administração	-	-	-	(10.185)
Diversos	-	-	(3.121)	-
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(273.393)</b>	<b>(1.485.442)</b>	<b>(51.953)</b>	<b>(1.156.617)</b>
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	(202.858)	(4.663)	(249.189)
Banco Santander Espanha (1)	(241.640)	(242.721)	-	(203.727)
Santander Corretora de Seguros (2)	(17.976)	(196.090)	(14.751)	(163.961)
SX Negócios (2)	-	(79.190)	-	(73.618)
Santander Tecnologia e Inovação Ltda.	-	(202.266)	-	(44.931)
SANB Promotora de Vendas e Cobrança Ltda	-	(6.604)	-	(18.235)
Auttar Hut Processamento de Dados Ltda.	-	(14.165)	-	(12.476)
Santander Global Technology, S.L., SOCI	(13.136)	(436.911)	(31.774)	(345.287)
Diversos	(641)	(104.637)	(765)	(45.193)
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	<b>(14.088.607)</b>	<b>(2.272.870)</b>	<b>(13.119.660)</b>	<b>(862.581)</b>
Banco Santander Espanha (1) (4)	(14.088.607)	(2.272.870)	(13.119.660)	(862.581)
<b>Despesas com Doações</b>	-	<b>(17.830)</b>	-	<b>(19.630)</b>
Santander Cultural	-	-	-	(330)
Instituto Escola	-	-	-	(700)
Fundação Sudameris	-	(16.430)	-	(17.000)
Fundação Santander	-	(1.400)	-	(1.600)
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(664.889)</b>	<b>(873.325)</b>	<b>(655.237)</b>	<b>(1.153.700)</b>
Banco Santander Espanha (1)	(9.168)	-	(11.407)	(1.967)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (5)	-	-	(17.713)	(17.713)
Santander Capitalização S.A. (2)	-	(1)	-	(643)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	(267.802)	-	(233.233)
Aqanima Brasil	-	(29.342)	-	(32.248)
SX Negócios (2)	-	-	(2)	-
Auttar Hut Processamento de Dados Ltda.	(1.116)	-	(1.111)	-
SANB Promotora de Vendas e Cobrança Ltda	(1.733)	-	(234)	-
Tecnologia Bancaria Brasil	-	-	-	(364.349)
Pessoal Chave da Administração	(652.802)	(564.042)	(623.411)	(485.057)
Diversos	(70)	(12.138)	(1.359)	(18.490)
<b>Garantias e Limites</b>	<b>16.448</b>	<b>45</b>	<b>11.038</b>	<b>61</b>
Pessoal Chave da Administração (6)	16.448	45	11.038	61

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 30.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

(3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

(4) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro exercício de 2018.

(5) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.

(6) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

### 23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Administração de Recursos	1.575.111	1.272.068
Serviços de Conta Corrente	3.845.825	3.900.016
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.476.889	1.439.335
Operações de Crédito	838.626	807.576
Rendas de Garantias Prestadas	638.263	631.759
Comissões de Seguros	2.058.965	2.402.862
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	6.107.489	5.571.320
Cobrança e Arrecadações	1.495.349	1.470.276
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.423.435	1.165.166
Outras	924.935	750.687
<b>Total</b>	<b>18.907.998</b>	<b>17.971.730</b>

### 24. Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Remuneração	3.857.148	4.055.229
Encargos	1.517.845	1.429.079
Benefícios	1.301.687	1.335.587
Treinamento	53.069	48.254
Outras	3.940	4.087
<b>Total</b>	<b>6.733.689</b>	<b>6.872.236</b>

### 25. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Depreciações e Amortizações	4.249.635	3.117.662
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	3.119.993	2.795.318
Comunicações	405.366	395.661
Processamento de Dados	3.309.152	3.121.435
Propaganda, Promoções e Publicidade	618.948	632.247
Aluguéis	872.016	814.654
Transportes e Viagens	105.155	97.304
Serviços do Sistema Financeiro	317.300	276.458
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	538.714	566.351
Manutenção e Conservação de Bens	305.152	284.836
Água, Energia e Gás	185.271	188.273
Material	107.649	67.515
Outras	1.192.024	1.015.527
<b>Total</b>	<b>15.326.375</b>	<b>13.373.241</b>

### 26. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 20.c)	-	7.327
Atualização de Depósitos Judiciais	377.154	230.273
Atualização de Impostos a Compensar	212.093	132.309
Recuperação de Encargos e Despesas	1.010.179	1.473.130
Dividendos e Bonificações	477	-
Outras	1.473.909	2.905.368
<b>Total</b>	<b>3.073.812</b>	<b>4.748.407</b>

**27. Outras Despesas Operacionais**

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 20.c)	106.705	48.958
Trabalhistas (Nota 20.c)	828.359	966.350
Cíveis (Nota 20.c)	606.696	804.641
Despesas com Cartão de Crédito	3.300.945	3.479.403
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	178.732	224.882
Varição Monetária Passiva	(10.167)	13.339
Despesas Judiciais e Custas	210.236	108.807
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	130.326	92.558
Corretagens e Emolumentos	86.297	82.292
Comissões	2.728.368	2.168.350
Avaliação do Valor Recuperável	14.899	3.489
Outras (1)	4.812.695	4.670.802
<b>Total</b>	<b>12.994.091</b>	<b>12.663.870</b>

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e Administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

**28. Resultado Não Operacional**

	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado de Investimentos	-	(1)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	68.882	64.066
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(14.640)	24.629
Despesas com Bens não de Uso	(51.969)	(51.204)
Ganhos (Perdas) de Capital	(10.865)	1.951
Outras Receitas Líquidas	30.174	199.850
<b>Total</b>	<b>21.582</b>	<b>239.291</b>

**29. Plano de Benefícios a Funcionários****a) Plano de Aposentadoria Complementar**

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

**I) Banesprev**

**Plano I:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

**Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

**Plano V:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

**Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75:** plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

**Plano III:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma

de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

**Plano IV:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

**Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN):** complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

**Plano Sanprev I:** plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

**Plano Sanprev II:** plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

**Plano Sanprev III:** plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

## II) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe S.A. e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe S.A. e para os demais desde o ano de 2011.

## III) Outros Planos

**SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi):** é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e fechado para novas adesões desde julho de 2018 conforme aprovação pela PREVIC, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras para o primeiro exercício de 2021 foram de R\$55.021 (2020 - R\$32.193).

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

**SBPREV - Santander Brasil Previdência Aberta:** a partir de 2 de janeiro de 2018, o Santander passou a oferecer este novo programa de previdência complementar opcional para os novos funcionários contratados e para os funcionários que não estivessem inscritos em qualquer outro plano previdenciário administrado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Grupo. Este novo programa contempla as modalidades PGBL- Plano Gerador de Benefícios Livres e VGBL-Vida Gerador de Benefícios Livres administrados pela Icatu Seguros, Entidade Aberta de Previdência Complementar, abertos para novas adesões, sendo suas contribuições partilhadas entre as empresas instituidoras/estipulantes-averbadoras e os participantes dos planos.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras no exercício de 2021 foram de R\$ 15.332 (2020 - R\$11.782).

## Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	<b>31/12/2021</b>		
	<b>Banesprev</b>	<b>Santander-Previ</b>	<b>Bandeprev</b>
<b>Conciliação dos Ativos e Passivos</b>			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(24.476.356)	(4.455)	(1.532.427)
Valor Justo dos Ativos do Plano	25.460.958	3.703	2.182.891
	<b>984.602</b>	<b>(752)</b>	<b>650.464</b>

<b>Sendo:</b>			
Superávit	3.070.652	-	650.463
Déficit	(2.086.049)	(752)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	2.847.412	-	642.604
<b>Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)</b>	<b>223.240</b>	-	<b>7.859</b>
<b>Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)</b>	<b>(2.086.049)</b>	<b>(752)</b>	-
Contribuições Efetuadas	581.513	-	(3)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(173.600)	(79)	193
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.385.821)	(92)	8.761
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.457.501	460	(26.644)

	<b>31/12/2020</b>		
	<b>Banesprev</b>	<b>Santander-Previ</b>	<b>Bandeprev</b>
<b>Conciliação dos Ativos e Passivos</b>			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(26.473.946)	(4.793)	(1.660.637)
Valor Justo dos Ativos do Plano	25.437.174	3.811	2.348.686
	<b>(1.036.772)</b>	<b>(981)</b>	<b>688.049</b>
<b>Sendo:</b>			
Superávit	2.090.021	-	688.049
Déficit	(3.126.793)	(981)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	1.806.472	-	680.586
<b>Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)</b>	<b>283.549</b>	-	<b>7.463</b>
<b>Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)</b>	<b>(3.126.793)</b>	<b>(981)</b>	-
Contribuições Efetuadas	40.987	-	(5)
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(220.104)	(65)	(1.690)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.951.354)	(399)	8.555
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	4.581.173	140	146.784

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	<b>31/12/2021</b>		
	<b>Banesprev</b>	<b>Santander-Previ</b>	<b>Bandeprev</b>
Experiência do Plano	(2.467.959)	(467)	(158.262)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	4.219.128	554	256.647
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>1.841.169</b>	<b>87</b>	<b>98.385</b>
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(416.650)	220	(182.577)
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>(416.650)</b>	<b>220</b>	<b>(182.577)</b>
<b>Mudança no Superávit Irrecuperável</b>	<b>(851.997)</b>	-	<b>84.398</b>

	<b>31/12/2020</b>		
	<b>Banesprev</b>	<b>Santander-Previ</b>	<b>Bandeprev</b>
Experiência do Plano	(786.329)	(115)	(18.897)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	79.057	11	4.762
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação</b>	<b>(707.273)</b>	<b>(105)</b>	<b>(14.135)</b>
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	2.965.190	(136)	(13.655)
<b>Ganho (Perda) Atuarial - Ativo</b>	<b>2.965.190</b>	<b>(136)</b>	<b>(13.655)</b>
<b>Mudança no Superávit Irrecuperável</b>	<b>(1.322.356)</b>	-	<b>34.305</b>

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Planos	<b>Duração (em Anos)</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Banesprev</b>		
Plano I	12,57	11,92
Plano II	12,92	12,38
Plano III	11,54	10,79
Plano IV	14,82	14,80
Plano V	9,51	9,24
Pré-75	10,45	10,10
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,47/5,93/7,27	6,46/5,88/7,06
<b>Sanprev</b>		
Plano I	6,79	6,93

Plano II	12,76	11,57
Plano III	11,06	10,46
<b>Bandeprev</b>		
Plano Básico	10,53	10,08
Plano Especial I	7,23	6,8
Plano Especial II	6,46	6,53
<b>SantanderPrevi</b>		
SantanderPrevi	8,11	7,69

## b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

**Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo:** entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em Estatuto da entidade.

**Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi):** o plano de assistência médica Aposentadoria, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado HolandaPrevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

**Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares):** trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a coparticipação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

**Aposentados pela Bandeprev:** plano de assistência médica concedido aos aposentados oriundos do Banco do Estado de Pernambuco; trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

**Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios):** fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

**Clínica Grátis:** plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

**Lei 9.656 (Diretores):** Diretores, Diretores Executivos, Diretores Vice-Presidentes e Diretor Presidente, poderão, por liberalidade, optar pela permanência vitalícia ao plano de assistência médica, em caso de término do vínculo com o Banco Santander ou empresas do seu conglomerado sem justa causa; desde que cumpram os seguintes requisitos: ter contribuído por, no mínimo, 3 (três) anos ao plano de saúde; ter exercido a função de diretor no Banco Santander ou empresas do seu conglomerado por, no mínimo, 3 (três) anos; ter 55 anos de idade completos. O plano será mantido nos mesmos moldes de que o DIRETOR gozava no momento do seu desligamento, inclusive quanto ao pagamento da sua cota parte, que deverá ser realizado por meio de boleto. Os dependentes ativos no momento do desligamento serão mantidos no mesmo plano do DIRETOR, não sendo permitida a inclusão de novos dependentes em nenhuma hipótese.

**Seguro de Vida para Aposentados (Seguros de Vida):** concedido aos Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45% do valor do prêmio. Trata-se de massa fechada.

**Seguro de Vida Caixas Assistenciais (Seguros de Vida):** incluída na massa do seguro de vida em dezembro de 2018 o seguro dos aposentados dos planos DCA, DAB e CACIBAN. Esse seguro foi concedido aos aposentados do antigo Banco Meridional, a cobertura foi de acordo com a escolha do aposentado no momento da adesão do benefício. O subsídio do Banco é de 50% do valor do prêmio para o titular e alguns aposentados possuem a cláusula cônjuge arcando com 100% do custo. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

## Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2021		31/12/2020	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
<b>Conciliação dos Ativos e Passivos</b>				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.342.690)	(613.101)	(4.960.995)	(759.370)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.906.369	-	5.191.809	-
	<b>563.679</b>	<b>(613.101)</b>	<b>230.814</b>	<b>(759.370)</b>
<b>Sendo:</b>				
Superávit	563.678	-	-	-
Déficit	-	(613.101)	230.814	(759.370)
Valor não Reconhecido como Ativo	(563.678)	-	-	-
<b>Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)</b>	-	-	-	-
<b>Passivo Atuarial Líquido (Nota 19)</b>	-	<b>(613.101)</b>	<b>230.814</b>	<b>(759.370)</b>
Contribuições Efetuadas	149.181	37.255	129.526	38.449
Receitas (Despesas) Reconhecidas	4.001	(56.798)	(14.878)	(61.247)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.197.301)	(5.525)	(1.043.327)	(171.337)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	(111.147)	-	332.520	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(336.602)	49.985	192.944	81.964
Mudanças em Hipóteses Financeiras	984.402	116.272	158.480	18.015
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	(446)	-	(20.621)
<b>Ganho (Perda) Atuarial – Obrigação</b>	<b>647.800</b>	<b>165.811</b>	<b>351.424</b>	<b>79.357</b>
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	(498.406)	-	(30.265)	-
<b>Ganho (Perda) Atuarial – Ativo</b>	<b>(498.406)</b>	-	<b>(30.265)</b>	-
<b>Mudança no Superávit Irrecuperável</b>	<b>(302.576)</b>	-	<b>(230.814)</b>	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander:

Planos	Duração (em Anos)	
	31/12/2021	31/12/2020
Cabesp	16,03	15,03
Bandepe	18,03	14,98
Clínica Grátis	12,28	11,47
Diretores Vitalícios	9,36	9,27
Diretores Saúde	30,28	25,65
Circulares (1)	11,62 E 12,97	13,47 e 11,92
Seguro de Vida	8,04	7,99

(1) A duração 13,47 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro (31/12/2018 – 12,15) e 11,92 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real (31/12/2018 – 11,93).

## c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2020, válidos para 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de Patrimônio	0,0%	0,0%
Instrumentos de Dívida	96,7%	97,4%
Bens Imóveis	0,2%	0,2%
Outros	3,2%	2,5%

## d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Abaixo estão as premissas atuariais adotadas:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde

Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial e Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	8,4%	8,4%	6,8%	7,1%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	3,0%	3,0%	3,3%	3,3%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	3,5%	3,5%	3,8%	3,8%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev II, V e Pré 75;

(2) Cabesp.

**e) Análise de Sensibilidade**

Os pressupostos relacionados às premissas atuariais significativas possuem efeito sobre os valores reconhecidos no resultado e no valor presente das obrigações. Mudanças na taxa de juros, tábua de mortalidade e custo de assistência médica, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	Efeito sobre Custo do Serviço Corrente	Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações
<b>Taxa de Juros</b>				
(+)0,5%	(25.444)	(305.114)	(28.711)	(402.547)
(-)0,5%	28.133	337.349	32.099	450.049
<b>Tábua Biométrica de Mortalidade Geral</b>				
Aplicada (+) 2 anos	(44.619)	(535.039)	(47.637)	(667.904)
Aplicada (-) 2 anos	47.934	574.793	54.226	760.289
<b>Custo Assistência Médica</b>				
(+)0,5%	31.280	375.089	34.718	486.769
(-)0,5%	(28.762)	(344.891)	(31.637)	(443.569)

**f) Remuneração com Base em Ações**

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/Liquidação		
			01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020	
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2019 a 12/2021	2022 e 2023	R\$ 4.216.667 (*)	R\$ 4.916.667
		01/2020 a 12/2022	2023	R\$ 3.668.000 (*)	-
		01/2020 a 12/2022	2023 e 2024	R\$ 2.986.667 (*)	R\$ 9.440.000
		01/2021 a 06/2024	2024	R\$ 13.520.000 (*)	-
		01/2021 a 12/2023	2023	R\$ 1.834.000 (*)	-
		07/2019 a 06/2022	2022	111.962 SANB11	109.677 SANB11
		09/2020 a 09/2022	2022	301.583 SANB11	450.738 SANB11
		01/2020 a 09/2023	2023	249.666 SANB11	281.031 SANB11
		01/2021 a 12/2022	2023	177.252 SANB11	-
		01/2021 a 12/2023	2024	327.065 SANB11	-
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	01/2021 a 01/2024	2024	30.545 SANB11	-
		2023		309.576 SAN (**)	318.478 SAN (**)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030		1.618.445 Opções s/ SAN (**)	1.664.983 Opções s/ SAN (**)
		02/2024		135.632 SAN (**)	-
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029		404.630 Opções s/ SAN (**)	-
				R\$ 26.225.334 (*)	R\$ 14.356.667
<b>Saldo dos Planos em 31 de dezembro de 2021</b>				1.198.073 SANB11	841.446 SANB11
				445.208 SAN	318.478 SAN
				2.023.075,00 Opções s/ SAN	1.664.983 Opções s/ SAN

(\*) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga.

(\*\*) Target do plano em ações e opções SAN, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.

Nossos programas de longo prazo estão divididos em planos Locais e Globais, com indicadores de performance específicos e condição de manutenção do vínculo empregatício do participante até a data do pagamento para ter direito ao recebimento.

A apuração do pagamento dos planos é realizada com base no percentual de atingimento dos indicadores aplicado sobre o valor referência (target), sendo os planos Locais pagos em units SANB11 e os planos Globais em ações e opções do Grupo Santander (SAN).

Cada participante tem um valor referência definido em espécie, convertido em units SANB11 ou em ações e opções do Grupo Santander (SAN), normalmente pela cotação dos últimos 15 pregões do mês imediatamente anterior ao da outorga de cada plano. Ao final do período de vesting as ações resultantes são entregues com restrição de 1 ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

### f.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Programa	Tipo de Liquidação		
Local	Ações do Santander (Brasil)	19.217	10.776
Global	Ações e Opções sobre Ações do Santander Espanha	3.121	865

### f.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Demais Funcionários. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	64.557	103.696
Demais Funcionários	Funcionários de nível de Superintendência e demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11)	112.731	98.069

## 30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

### a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – Cultura Risk Pro;
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;

- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

#### A. Risco de Crédito

A gestão de Risco de Crédito se baseia em acompanhamentos de indicadores da carteira de crédito e das novas operações. Levando-se em consideração o cenário econômico, são realizadas projeções de rentabilidade e inadimplência, que devem obedecer ao controle de Apetite de Riscos. Estas projeções são consideradas para redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para um determinado perfil de clientes com características similares.

Outro aspecto relevante é a gestão preventiva de crédito, que tem papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária de toda a área comercial, sempre com o apoio das áreas centrais.

Neste cenário desafiador imposto pela pandemia do COVID-19, a carteira e os clientes foram acompanhados com muita cautela. Na tentativa de mitigar grandes impactos de liquidez das empresas e dar o suporte financeiro necessário para auxiliar todos os setores da economia, todas as novas produções e prorrogações foram analisadas com objetivo de atender às necessidades dos clientes, mantendo sempre os critérios estabelecidos de classificação de risco e governança para aprovação de novas operações.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o banco usa modelos próprios de score/rating internos, contando com área de Metodologia e Validação independentes.

Na reestruturação e recuperação de crédito o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação (somente os direitos creditórios), podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 8.e.)

#### B. Risco de Mercado

A gestão do risco de mercado consiste no desenvolvimento, mensuração e acompanhamento de limites previamente aprovados em comitês internos, pertinentes ao valor em risco das carteiras, as sensibilidades oriundas das oscilações dos dados de mercado (taxas de juros, índices, preços, câmbio, etc), os "gaps" de liquidez, dentre outros, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

#### C. Risco Operacional e Controles Internos

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar, implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos e perdas, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração e adotando a definição do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de defesa e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores BACEN, CVM, B3, SUSEP e lei Sarbanes-Oxley - SOX (Security Exchange Commission).

#### D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processar de maneira correta um grande número de transações de forma eficiente e precisa, e da capacidade do Banco de confiar em tecnologias digitais, serviços de computador e e-mail, software e redes, bem como no processamento, armazenamento e transmissão seguros de informações confidenciais e outras informações nos sistemas de computador e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados do Banco é essencial para as atividades e sua habilidade de concorrer efetivamente.

## E. Risco de Compliance e de Imagem

O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, assessoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às normas e regulamentações aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

## F. Unidade de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e Combate ao Financiamento ao Terrorismo (CFT)

Área responsável por promover o desenvolvimento da prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo nas diferentes unidades de negócios. Também responsável pelas diretrizes da política de aceitação de clientes do Banco. Estabelece normativos, procedimentos e acultramento relativos ao tema. Supervisiona e monitora os riscos inerentes nos produtos e transações realizadas.

## G. Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades socioambientais relacionados a temas como, por exemplo, adequação na concessão e no uso do crédito, gestão de fornecedores e análise do risco socioambiental, que é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes Atacado, do segmento Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$5 milhões e que fazem parte dos 14 setores de atenção socioambiental. Nesse caso, o risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional. Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador e esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

Os compromissos assumidos na PRSA são detalhados em outras políticas do Banco como, por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores e na Políticas de Risco Socioambiental, além da Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar a estratégia nesse tema e apresentar diretrizes para os programas sociais que fortaleçam essa estratégia.

## H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RPA (Risk Profile Assessment) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação "Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução nº 4.557/ BACEN" na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

### b) Limites Operacionais

Conforme estabelecido nas Resoluções CMN nº 4.193/2013 e nº 4.783/2020, até setembro de 2021 a exigência de PR estava em 10,625%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 1,625% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico. O PR Nível I era de 8,625% e o Capital Principal Mínimo de 7,125%.

No mês de outubro de 2021 o Adicional de Conservação de Capital aumentou para 2,00%. Desta maneira, em dezembro a exigência de PR é de 11,00%. Considera-se 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,00% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com a exigência de PR Nível I de 9,00% e de Capital Principal Mínimo de 7,50%. A partir de abril de 2022 a exigência de PR alcançará 11,50%, considerando 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência somado a 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistemico, com exigência de PR Nível I e de Capital Principal Mínimo de 9,50% de 8,00%, respectivamente.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/2013. O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência Nível I	76.969,9	77.571,5
Capital Principal	69.919,9	71.006,3
Capital Complementar (Nota 18.b)	7.050,1	6.565,2
Patrimônio de Referência Nível II (Nota 18.b)	12.591,3	6.554,5
<b>Patrimônio de Referência (Nível I e II)</b>	<b>89.561,3</b>	<b>84.126,0</b>
Risco de Crédito (1)	527.119,3	478.303,5
Risco de Mercado (2)	15.122,2	15.846,3
Risco Operacional	58.499,8	57.419,4
<b>Total de RWA (3)</b>	<b>600.741,3</b>	<b>551.569,2</b>
<b>Índice de Basileia Nível I</b>	<b>12,81</b>	<b>14,06</b>
<b>Índice de Basileia Capital Principal</b>	<b>11,64</b>	<b>12,87</b>
<b>Índice de Basileia Patrimônio de Referência</b>	<b>14,91</b>	<b>15,25</b>

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcem), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

### c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e banking, conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais hedges. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e banking.

- O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira banking, para cada um dos cenários das carteiras do dia 31 de dezembro de 2021.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(4.943)	(108.670)	(217.339)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(550)	(7.132)	(14.265)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(5.270)	(19.539)	(39.077)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.127)	(1.900)	(3.801)

Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(426)	(10.658)	(21.315)
<i>Eurobond/Treasury/Global</i>	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(5.218)	(6.018)	(12.035)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(5.564)	(34.407)	(68.815)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(1.553)	(38.814)	(77.629)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(1.184)	(29.609)	(59.217)
<b>Total (1)</b>		<b>(25.835)</b>	<b>(256.747)</b>	<b>(513.493)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

**Cenário 1:** choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira Banking Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Consolidado
				Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(49.224)	(1.679.612)	(3.768.750)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(6.413)	(97.524)	(145.711)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(34.286)	(455.628)	(838.652)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(13.530)	(60.291)	(117.298)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(3.891)	(7.770)	(15.642)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(31.456)	(78.782)	(161.417)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	560	13.995	27.989
<b>Total (1)</b>		<b>(138.240)</b>	<b>(2.365.612)</b>	<b>(5.019.481)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

**Cenário 1:** choque de +10bps e -10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações), sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Cenário 2:** choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

**Cenário 3:** choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

### 31. Reestruturações Societárias

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander", "Santander Brasil" ou "Companhia"):

#### i) Aquisição de Participação Societária na Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda.

Em 2 de setembro de 2021, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Apê11 Tecnologia e Negócios Imobiliários Ltda. ("Apê11"), determinados Contrato de Compra e Venda de Ações e Acordo de Investimento, pelos quais, uma vez efetivada a operação, passará a deter 90% do capital social da Apê11 ("Operação"). A Apê11 atua como um *marketplace* colaborativo, pioneiro na digitalização da jornada de compra de casas e apartamentos. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 16 de dezembro de 2021.

#### ii) Aquisição de Participação Societária na Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança" e Fozcoba Agência de Cobranças Ltda. ("Fozcoba") e subsequente incorporação da Fozcoba pela Liderança

Em 4 de agosto de 2021, a Atual Serviços de Recuperação de Créditos e Meios Digitais S.A. ("Atual") – subsidiária integral da Companhia - celebrou, junto aos sócios da Liderança Serviços Especializados em Cobranças Ltda. ("Liderança"), determinado Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Liderança ("Operação"). A Liderança atua na área de recuperação de créditos em atraso, prestando serviços de cobranças extrajudiciais para instituições financeiras de diferentes portes, redes varejistas, operadoras de telecomunicações e montadoras, entre outros, e possui uma subsidiária, a Fozcoba Agência de Cobranças Ltda. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Cessão de Quotas e Outras Avenças, o fechamento da Operação foi formalizado em 1º de outubro de 2021. Ato contínuo, a Fozcoba foi incorporada pela Liderança em 4 de outubro de 2021.

### iii) Aquisição de Participação Societária na Solutions 4 Fleet Consultoria Empresarial Ltda.

Em 13 de julho de 2021, a Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), celebrou, junto aos sócios da Solution 4 Fleet Consultoria Empresarial Ltda. ("Solutions4Fleet"), determinados Acordo de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Aymoré passará a deter 80% do capital social da Solution4Fleet ("Operação"). A Solution4Fleet é especializada na estruturação de negócios de locação e de assinatura de veículos – modalidade de aluguel de longo prazo para pessoa física. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 8 de outubro de 2021.

### iv) Aquisição de Participação Societária na Car10 Tecnologia e Informação S.A. e Pag10 Fomento Mercantil Eireli.

Em 13 de julho de 2021, a Webmotors S.A. ("Webmotors"), celebrou, junto aos sócios da Car10 Tecnologia e Informação S.A. ("Car10 Tecnologia") e Pag10 Fomento Mercantil Eireli. ("Pag10" e, em conjunto com a Car10 Tecnologia, "Car10"), determinados Acordos de Investimento e de Compra e Venda de Ações, pelos quais, uma vez efetivada a operação, a Webmotors passará a deter aproximadamente 66,7% do capital social da Car10 Tecnologia que, por sua vez, é única titular da Pag10 ("Operação"). A Car10 atua como um *marketplace* que reúne mais de 7 mil fornecedores de serviços como oficinas e *autocenters*; funilaria e pintura; e limpeza e higienização, além de assistência emergencial e reboque. Após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas nos Acordo de Investimento Compra e Venda de Ações, o fechamento da Operação foi formalizado em 20 de setembro de 2021.

### v) Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passará a deter 100% do capital social da Monetus ("Operação"). A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos, pós considerar as necessidades e o perfil de risco do cliente, o aplicativo cria, executa e acompanha automaticamente uma estratégia diversificada e personalizada de investimentos que utilizam a plataforma para empreender e atender os clientes da melhor forma. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

### vi) Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 15 de junho de 2021, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") celebraram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), acordo de investimentos e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, a Toro Investimentos passará a deter 100% do capital social da Mobills ("Operação"). Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis.

### vii) Reorganização societária Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e Banco Bandepe S.A.

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander") e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Santander Leasing"), que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing. Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$ 5.365.189.080,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

**viii) Cisão Parcial e segregação da Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A.**

Após a aprovação dos estudos e proposta favorável do Conselho de Administração do Santander Brasil, em 31 de março de 2021, os acionistas do Santander Brasil aprovaram a cisão parcial do Santander Brasil, para a segregação das ações de sua propriedade emitidas pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. ("Getnet"), com versão da parcela cindida para a própria Getnet. Após a conclusão da cisão, os acionistas do Santander Brasil se tornaram acionistas diretos da Getnet na proporção de sua participação no capital social do Santander Brasil.

Como resultado da Cisão, o capital social do Santander Brasil foi reduzido no montante total de 2.000.000 (dois bilhões de reais), sem o cancelamento de ações, passando o capital social do Santander Brasil de 57.000.000 (cinquenta e sete bilhões de reais) para 55.000.000 (cinquenta e cinco bilhões de reais).

**ix) Celebração de contrato para a Aquisição da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém EIRELI**

Em 8 de dezembro de 2020, o Banco Santander celebrou, junto aos sócios e titulares da Paytec Tecnologia em Pagamentos Ltda. e da Paytec Logística e Armazém Eireli (em conjunto "Paytec"), contrato de compra e venda de quotas, transferência de titularidade e outras avenças, pelo qual, uma vez efetivada a operação, passará a deter 100% do capital social da Paytec. A Paytec atua como operador logístico com cobertura nacional e focado no mercado de pagamentos. Após a aprovação da operação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 12 de março de 2021, passando o Banco Santander a deter 100% do capital social das empresas Paytec.

**x) Dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.**

Em 12 de novembro de 2020, por decisão do seu único sócio, foi aprovada a dissolução e liquidação do Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (que teve sua denominação social alterada para Santander Brasil, S.A.U.), entidade offshore com sede na Espanha, integralmente detida pelo Banco Santander Brasil, que atuou para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros. O capital aplicado no exterior foi repatriado em novembro de 2020. A escritura de dissolução e liquidação da sociedade foi registrada no Registro Mercantil de Madri com efeitos em 15 de dezembro de 2020. Estas atividades passaram a ser executadas pela agência do Banco em Luxemburgo.

**xi) Alienação dos Investimentos na Norchem Holding e Negócios S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A.**

Em 8 de outubro de 2020, o Banco Santander (Brasil) S.A se retirou do quadro de acionistas das empresas Norchem Participações e Consultoria S.A. (NPC) e Norchem Holding e Negócios S.A. (NHN), mediante redução de capital nos valores de R\$ 19.950 milhões e R\$ 14.770 milhões, respectivamente, e consequente cancelamento das ações detidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

**xii) Aquisição de Participação Societária na Toro Controle**

Em 29 de setembro de 2020, a Pi Distribuidora de Títulos e Investimentos S.A. ("Pi"), a qual é indiretamente controlada pelo Banco Santander, celebrou junto aos acionistas da Toro Controle e Participações S.A. ("Toro Controle"), acordo de investimentos e outras avenças. A Toro Controle fora uma holding que, em última instância, controlara a Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Toro CTVM") e a Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto "Toro"). A Toro é uma plataforma de investimentos fundada em Belo Horizonte no ano de 2010. Em 2018, recebeu as autorizações necessárias e iniciou sua operação como corretora de valores mobiliários voltada ao público de varejo. Após o cumprimento de todas as condições suspensivas aplicáveis, inclusive a aprovação pelo Banco Central do Brasil, a operação foi efetivada em 30 de abril de 2021, com a aquisição de ações representativas 60% do capital social da Toro Controle e a sua imediata incorporação pela Toro CTVM, de modo que a Pi passou a ser detentora direta do equivalente a 60% do capital social da Toro CTVM que, por sua vez, detém 100% do capital social da Toro Investimentos.

**xiii) Celebração de Contrato para Aquisição de Participação Societária no Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A.**

Em 11 de agosto de 2020, o Banco Santander celebrou, com os acionistas do Gira – Gestão Integrada de Recebíveis do Agronegócio S.A., contrato de compra e venda de ações e outras avenças. O Gira é uma empresa de tecnologia que atua na gestão de recebíveis do agronegócio e conta com uma robusta plataforma tecnológica, com capacidade de agregar maior segurança às operações de crédito agrícola. Mediante o cumprimento das condições estabelecidas no contrato, em especial as aprovações regulatórias aplicáveis, as partes formalizaram os instrumentos definitivos em 8 de janeiro de 2021. Com a efetivação da a operação, o Banco Santander passou a deter 80% do capital social do Gira.

**xiv) Aquisição de participação societária direta na Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda.**

Em 24 de março de 2020, foi realizada a aquisição, pelo Banco, das quotas representativas da totalidade do capital social da Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. ("Toque Fale") pelo valor de R\$ 1.099 milhões, correspondente ao valor patrimonial das quotas na data de 29 de fevereiro de 2020, anteriormente detidas pelas Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. e Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. Como resultado, o Banco passou a ser acionista direto da Toque Fale e detentor de 100% do seu capital.

#### **xv) Alienação da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.**

Em 28 de fevereiro de 2020, foi realizada a venda da participação societária detida na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. para a Superdigital Holding Company, S.L. sociedade controlada indiretamente pelo Banco Santander, S.A., das ações representativas da totalidade do capital social da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Superdigital") pelo valor de R\$ 270 milhões. Como resultado, o Banco deixou de ser acionista da Superdigital.

#### **xvi) Aquisição da Summer Empreendimentos Ltda.**

Em 14 de maio de 2019, o Banco Santander (Brasil) S.A. e sua subsidiária integral Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") celebraram documento vinculante com as sócias da Summer Empreendimentos Ltda. ("Summer") estabelecendo os termos da negociação de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer. A aquisição foi aprovada pelo BACEN em 16 de setembro de 2019 e concluída em 20 de setembro de 2019, de modo que a SHI passou a deter 99,999% e o Banco Santander 0,001% das ações representativas do capital social da Summer. Devido ao plano de venda da Entidade no curto prazo, a Summer foi registrada inicialmente como Ativo Não Corrente Mantida pela Venda, pelo seu valor de custo. Em junho de 2020, com a não execução do plano estabelecido, a Summer passou a compor o escopo das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander.

#### **xvii) Opção de venda de participação no Banco Olé Consignado S.A. e incorporação do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A.**

Em 14 de março de 2019, o acionista minoritário do Banco Olé Consignado S.A. ("Banco Olé") formalizou seu interesse em exercer a opção de venda prevista no Contrato de Investimento, celebrado em 30 de julho de 2014, para alienação de sua participação de 40% no capital social do Olé Consignado ao Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander").

Em 20 de dezembro de 2019, as partes celebraram um acordo vinculante para aquisição, pelo Banco Santander, da totalidade das ações de emissão da Bosan Participações S.A. (holding cujo único ativo são ações representando 40% do capital social do Banco Olé), pelo valor total de R\$1,6 bilhão ("Operação"), a ser pago na data de fechamento da Operação.

Em 31 de janeiro de 2020, o Banco e os acionistas da Bosan Participações S.A. ("Bosan") concluíram o acordo definitivo e assinaram o contrato de compra e venda de 100% das ações emitidas pela Bosan, através da transferência das ações da Bosan ao Banco e o pagamento aos vendedores no valor total de R\$1.608.772. Como resultado, o Banco Santander se tornou, direta e indiretamente, detentor de 100% das ações do Banco Olé.

Em 31 de agosto de 2020, os acionistas do Banco Santander aprovaram a incorporação, pelo Banco, do Banco Olé Consignado S.A. e da Bosan Participações S.A. As incorporações não resultaram em um aumento do capital social do Santander Brasil.

### **32. Outras Informações**

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$49.624.633 (31/12/2020 - R\$46.471.443) no Banco e R\$49.624.633 (31/12/2020 - R\$46.471.443) no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$ 2.770.684 (31/12/2020 - R\$2.716.477) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$ 192.927.475 (31/12/2020 - R\$191.873.169) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2021, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$9.214.986 (31/12/2020 - R\$9.051.568) no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$1.546.120 (31/12/2020 - R\$1.427.608).

d) Entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não houve operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de

crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 Ano	715.576	670.619
Entre 1 a 5 Anos	1.420.853	1.607.995
Mais de 5 Anos	181.417	171.420
<b>Total</b>	<b>2.317.846</b>	<b>2.450.034</b>

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$801 (31/12/2020 - R\$880) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no primeiro exercício de 2021, foram no valor de R\$369.482 (2020 - R\$358.656).

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor. . Valor de Mercado dos Ativos e Passivos Financeiros.

#### g) Resultados Recorrentes e Não-Recorrentes

	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2021	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira	98.742.398	-	98.742.398	108.417.424	-	108.417.424
Despesas da Intermediação Financeira	(59.767.979)	-	(59.767.979)	(87.601.937)	-	(87.601.937)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	<b>38.974.419</b>	-	<b>38.974.419</b>	<b>20.815.487</b>	-	<b>20.815.487</b>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a/c)	(14.443.639)	(1.229.547)	(15.673.186)	(12.242.776)	(525.434)	(12.768.210)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>24.530.780</b>	<b>(1.229.547)</b>	<b>23.301.233</b>	<b>8.572.711</b>	<b>(525.434)</b>	<b>8.047.277</b>
<b>Resultado não Operacional (b)</b>	<b>21.582</b>	-	<b>21.582</b>	<b>72.291</b>	<b>167.000</b>	<b>239.291</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>24.552.362</b>	<b>(1.229.547)</b>	<b>23.322.815</b>	<b>8.645.002</b>	<b>(358.434)</b>	<b>8.286.568</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b/c/d)	(5.795.172)	(73.492)	(5.868.664)	7.058.706	124.639	7.183.345
Participações no Lucro	(1.959.846)	-	(1.959.846)	(1.772.048)	-	(1.772.048)
Participações dos Acionistas Minoritários	(119.527)	-	(119.527)	(133.079)	-	(133.79)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>16.677.817</b>	<b>(1.303.039)</b>	<b>15.374.778</b>	<b>13.797.681</b>	<b>(233.795)</b>	<b>13.563.886</b>

- a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$1.229.547 (2020 - R\$425.434) no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$1.139.307 (2020 - R\$233.989).
- b) Resultado não operacional na alienação da participação societária na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 2020, (vide nota 31.iii) no valor antes de impostos de R\$167.000 (líquido de tributos: R\$ 100.200), no Banco e no Consolidado.
- c) Ação de Apoio ao Combate à COVID-19 reconhecida como outras despesas operacionais em 2020, com impacto antes de tributos valor de R\$100.00 (líquido de tributos, R\$94.190), no Banco e no Consolidado.
- d) Baixa de prejuízo fiscal decorrente do patrimônio líquido cindido da Getnet (Vide nota 14.) no valor de R\$163.732, e efeito tributário sobre a amortização de ágio em investimento, no valor de R\$90.240.

## h) Efeitos da Pandemia - COVID-19

O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

## 33. Eventos Subsequentes

### Aquisição de Participação Societária na Monetus Investimentos Ltda. e Monetus Corretora de Seguros Ltda.

Em 4 de janeiro de 2022, diante do cumprimento das condições suspensivas aplicáveis, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") formalizaram, junto aos sócios de Monetus Investimentos Ltda., e Monetus Corretora de Seguros Ltda. (em conjunto "Monetus"), o fechamento da operação decorrente do acordo de investimentos e outras avenças, formalizado em 15 de junho de 2021 ("Fechamento"). Como consequência do Fechamento, a Toro Investimentos passou a deter 100% do capital social da Monetus. A Monetus, originária de Belo Horizonte, exerce suas atividades por meio de aplicativo de investimento automatizado baseado em objetivos, pós considerar as necessidades e o perfil de risco do cliente, o aplicativo cria, executa e acompanha automaticamente uma estratégia diversificada e personalizada de investimentos que utilizam a plataforma para empreender e atender os clientes da melhor forma.

### Aquisição de Participação Societária na Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda. e Mob Soluções em Tecnologia Ltda.

Em 4 de janeiro de 2022, diante do cumprimento das condições suspensivas aplicáveis, a Pi Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Pi"), Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e Toro Investimentos S.A. ("Toro Investimentos" e, em conjunto com a Toro CTVM, "Toro") formalizaram, junto aos sócios da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda., e Mob Soluções em Tecnologia Ltda (em conjunto "Mobills"), o fechamento da operação decorrente do acordo de investimentos e outras avenças, formalizado em 15 de junho de 2021 ("Fechamento"). Como consequência do Fechamento, a Toro Investimentos passou a deter 100% do capital social da Mobills. Com sede no Ceará, a Mobills possui uma variedade de aplicativos financeiros que contam com uma grande base de usuários, em especial relacionados a planejamento financeiro.

### Aquisição de Participação Societária CSD Central de Serviços de Registro e Depósitos aos Mercados Financeiros e de Capitais S.A.

Em 21 de janeiro de 2022, a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. ("Santander Corretora"), em conjunto com outros investidores – dentre eles o Banco BTG Pactual S.A. e CBOE III, LLC – formalizou, junto à CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("CSD BR") e seus respectivos acionistas, determinado acordo de investimento e outras avenças com vistas à subscrição de participação minoritária na CSD BR ("Operação"). A CSD BR opera como uma registradora de ativos financeiros, derivativos, valores mobiliários e apólices de seguro, autorizada pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Superintendência de Seguros Privados. A efetivação da Operação estará sujeita à celebração dos instrumentos definitivos e à implementação de determinadas condições usuais nesse tipo de transação, incluindo as aprovações regulatórias aplicáveis. Após a implementação destas condições e com o fechamento da Operação, a participação societária da Santander Corretora na CSD BR será de 20% (vinte por cento).

### Deliberação de Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 01 de fevereiro de 2022, aprovou a proposta da Diretoria Executiva, ad referendum das Assembleias Gerais Ordinárias a serem realizadas em 2022 e 2023 respectivamente, de distribuição de Dividendos Intercalares, no montante de R\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de reais), com base no lucro do exercício apurado até o balanço de 31 de dezembro de 2021 e Juros sobre o Capital Próprio, no montante bruto de R\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 10 de fevereiro de

2022 (inclusive). Dessa forma, a partir de 11 de fevereiro de 2022 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-Dividendos e Ex-Juros sobre o Capital Próprio". O valor dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 04 de março de 2022. Os Dividendos serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2021 e os Juros Sobre Capita Próprio serão imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária para ambos. A deliberação contou com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme reunião realizada na mesma data.

**Composição dos Órgãos da Administração em 31 de dezembro de 2021**

**Conselho de Administração**

Álvaro Antônio Cardoso de Souza – Presidente (independente)  
Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente  
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)  
Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)  
Jose Antonio Alvarez Alvarez – Conselheiro  
José de Paiva Ferreira – Conselheiro  
José Garcia Cantera – Conselheiro  
Marília Artimonte Rocca - Conselheiro (independente)  
Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

**Comitê de Auditoria**

Deborah Stern Vieitas – Coordenadora  
Maria Elena Cardoso Figueira – Membro Técnico Qualificado  
René Luiz Grande – Membro  
Vania Maria da Costa Borgerth – Membro

**Comitê de Riscos e Compliance**

Pedro Augusto de Melo – Coordenador  
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro  
José de Paiva Ferreira – Membro  
Virginie Genès-Petronilho – Membro

**Comitê de Sustentabilidade**

Marília Artimonte Rocca – Coordenadora  
Carlos Aguiar Neto – Membro  
Carlos Rey de Vicente – Membro  
Mario Roberto Opice Leão – Membro  
Tasso Rezende de Azevedo – Membro

**Comitê de Nomeação e Governança**

Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Coordenador  
Deborah Patricia Wright – Membro  
Luiz Fernando Sanzogo Giogi – Membro

**Comitê de Remuneração**

Deborah Patricia Wright – Coordenadora  
Álvaro Antonio Cardoso de Souza – Membro  
Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro

**Conselho Fiscal\***

Louise Barsi - Membro efetivo  
Manoel Marcos Madureira - Membro suplente  
Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente  
Valmir Pedro Rossi - Membro suplente  
Cassia Maria Matsuno Chibante - Membro efetivo\*\*  
José Roberto Machado Filho - Membro efetivo\*\*

\*O Conselho Fiscal foi instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2021, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2022.

\*\*Posse pendente homologação do BACEN

**Diretoria Executiva em 31 de dezembro de 2021**

**Diretor Presidente**

Sérgio Agapito Lires Rial

**Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores**

Angel Santodomingo Martell

**Diretores Vice-Presidente Executivos**

Alberto Monteiro de Queiroz Netto

Alessandro Tomao

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ede Ilson Viani

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Mario Roberto Opice Leão

Patrícia Souto Audi

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

**Diretores sem Designação Específica**

Adriana Marques Lourenço de Almeida

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

André de Carvalho Novaes

Andrea Marques de Almeida

Carlos Aguiar Neto

Cassio Schmitt

Claudence Lopes Duarte

Daniel Fantoni Assa

Elita Vechin Pastorelo Ariaz

Francisco Soares da Silva Junior

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Gustavo Alejo Viviani

Igor Mario Puga

Jean Paulo Kambourakis

João Marcos Pequeno De Biase

José Teixeira de Vasconcelos Neto

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Augusto Dutra Labuto

Maria Teresa Mauricio da Rocha Pereira Leite

Marilize Ferrazza Santinoni

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Ramón Sanchez Díez

Ramon Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivares de Magalhães

Roberto Alexandre Borges Fischetti

Robson de Souza Rezende

Rogério Magno Panca

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Sandro Rogério da Silva Gamba

Thomas Gregor Ilg

Vítor Ohtsuki

**Contador**

Diego Santos Almeida – CRC Nº 1SP 316054/O-4